

301.35

MARILENE MOURA DA SILVA

**SERRA DO MEL : EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

PC

ORIENTADORA: PROF^a. OLGA NOGUEIRA DE SOUSA MOURA

Monografia apresentada à Escola
Superior de Agricultura de Mossoró
para obtenção do título de Engenheira
Agrônoma.

Mossoró - RN
Junho/1996

MARILENE MOURA DA SILVA

**SERRA DO MEL : EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

ORIENTADORA: PROF^a. OLGA NOGUEIRA DE SOUSA MOURA

Monografia apresentada à Escola
Superior de Agricultura de Mossoró
para obtenção do título de Engenheira
Agrônoma.

Mossoró - RN
Junho/1996

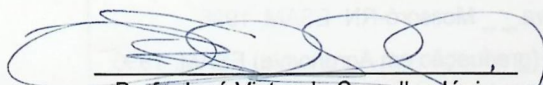
M.
301.35
5.58

MARILENE MOURA DA SILVA

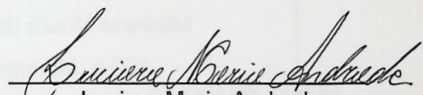
**SERRA DO MEL : EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

Monografia apresentada à Escola
Superior de Agricultura de Mossoró
para obtenção do título de Engenheira
Agrônoma.

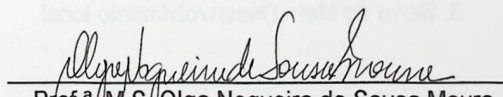
APROVADA EM 12 / 06 / 1996.



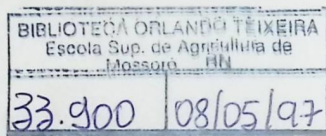
Prof. José Victor de Carvalho Júnior
Membro da banca



Luciara Maria Andrade
Membro da banca



Prof.ª M. S. Olga Nogueira de Sousa Moura
Orientadora (ESAM/DCSO)



Ficha catalográfica preparada pelo setor de catalogação e classificação da Biblioteca "Orlando Teixeira" da ESAM.

S. 586 s SILVA, Marilene Moura da.

Serra do Mel: Em busca do desenvolvimento sustentável/
Marilene Moura da Silva. __ Mossoró-RN: ESAM, 1996.

100 p. Monografia (graduação em Agronomia) ESAM, 1996.

1. Desenvolvimento Sustentável
2. Gestão Participativa
3. Serra do Mel - Desenvolvimento local.

CDD. 301.35

333

AGRADECIMENTOS

À Deus pela sua divina bondade e permanência nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, Antônio e Nair, que sempre se preocuparam com minha formação e propiciaram condições para que eu pudesse concluir meus estudos.

A minha irmã Marialda pelo apoio e incentivo durante todo o curso.

A professora Olga Nogueira pela disposição com que me aceitou como orientada e pela paciência e orientação durante a elaboração do trabalho.

A Dione de Freitas, pelas sugestões e contribuições.

Ao professor José Victor pela valiosa contribuição.

Ao professor Aluisio Alberto pela atenção e informações cedidas.

A Luciara Andrade pela sugestões e indicações de referências bibliográficas.

A Crispiniano Neto que me facilitou os relatórios para consulta.

Aos meus amigos e amigas, em especial a Claudinha, Vania, Jucirema e Maria Neves que tanto me estimularam nos momentos mais difíceis.

A Marcos e Sílvia que digitaram este trabalho revendo com paciência meus escritos.

Ao Centro Acadêmico da ESAM e ao Grupo Verde de Agricultura Alternativa
pela contribuição a minha formação política.

Enfim, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para o êxito
deste trabalho.

DADOS BIOGRÁFICOS DO AUTOR

Seu nome, Orlando de Sá, nasceu em Mossoró, Rio Grande do Norte, em 27 de dezembro de 1948.

Formou-se em Engenharia de Alimentos, pela Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1974. Foi professor de Engenharia de Alimentos, no Departamento de Engenharia de Alimentos, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Mossoró, de 1974 a 1976. Foi também professor de Engenharia de Alimentos, no Departamento de Engenharia de Alimentos, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Mossoró, de 1976 a 1978.

Atualmente, é professor titular da Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Mossoró. É também professor de Engenharia de Alimentos, no Departamento de Engenharia de Alimentos, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Mossoró.

DADOS BIOGRÁFICOS DO AUTOR

Marilene Moura da Silva, filha de Antônio Cícero da Silva e Francisca Nair de Moura Silva, nasceu em Grossos-RN, em 31 de dezembro de 1969.

Iniciou a vida acadêmica na Escola Estadual Cel. Solon, Grossos -RN onde cursou o primário e o ginásial. Na referida cidade cursou o primeiro ano do curso secundarista, na Escola de 2º Grau Municipal "Professor Manuel Hermênio", o qual concluiu na Escola Estadual Abel Freire Coelho - Mossoró-RN.

Ingressou na Escola Superior de Agricultura de Mossoró no segundo semestre de 1990. No decorrer do curso, atuou no Movimento Estudantil e no Grupo Verde de Agricultura Alternativa.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	01
2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Uma Nova Concepção de Desenvolvimento.....	03
2.1. Crise Sócio ambiental x desenvolvimento: Gênese do problema.....	03
2.2. Desenvolvimento Sustentável: Conceitos e questionamentos	07
2.3. Sustentabilidade numa perspectiva local	14
2.4. Gestão do desenvolvimento sustentável	17
3. UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Caso Serra do Mel .	23
3.1. Antecedentes	23
3.2. Proposta: origens e metodologia	25
3.3. Diagnóstico: Problemas e potencialidades	50
3.4. Concepção da proposta - Plano integrado de desenvolvimento Sustentável da serra do Mel (PIDSSM).	53
3.4.1. Objetivos	54
3.4.2. Diretrizes	55
3.4.3. Estratégias.....	56
3.4.4. Políticas: Programas e projetos	57
3.4.5. Instrumentos.....	59
3.4.6. Plano de financiamento	59
3.4.7. Gestão do plano	60
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
5. RESUMO	64
6. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	65
ANEXO	69

1. INTRODUÇÃO

As duas últimas décadas confirmam o agravamento dos problemas sócio-ambientais como geradores de desemprego, violência, crimes, poluição, destruição crescente dos recursos naturais, perda da biodiversidade, chuvas ácidas, destruição da camada de ozônio, efeito estufa, e assim por diante. É unânime a opinião sobre o fato que esse conjunto de problemas é interdependente e está associado a uma mesma crise. Crise esta, enraizada em um modelo inadequado de desenvolvimento, que em geral busca o crescimento econômico a qualquer preço sem dá a mínima importância aos danos provocados.

Esses fatos deram fôlego e motivação para as lutas de defesa e conservação ambiental em vários países, originando, a partir daí, uma nova proposta de desenvolvimento, o *Desenvolvimento Sustentável*. Esta, envolve conciliação da eficiência econômica, da justiça social, da liberdade política, e preservação e conservação ambiental, em um processo amplo e integrado.

O presente trabalho consiste em descrever uma proposta de desenvolvimento sustentável, no caso Serra do Mel -RN, a qual foi construída com base nos pressupostos do desenvolvimento anteriormente citado.

Com o intuito de nos fundamentarmos teoricamente a respeito da questão *Desenvolvimento Sustentável*, o desenvolvimento do trabalho se fará em dois momentos: o primeiro, se constitui basicamente de uma revisão de literatura que sustenta a pesquisa. Inicialmente descreveremos o que motivou várias organizações e instituições internacionais a associar a problemática sócio-ambiental ao desenvolvimento, enfocando desde a gênese do problema às mais recentes definições

de desenvolvimento sustentável que, direta ou indiretamente, são responsáveis por grande parte das dúvidas e contradições geradas em torno do mesmo.

Nesse momento, ainda, enfocaremos que a promoção do desenvolvimento sustentável numa perspectiva local requer processos participativos e democráticos que permitam a população acesso a informações, discussões e decisões na escolha das alternativas e prioridades que lhes dizem respeito. Mostraremos também a importância da gestão participativa como mecanismo que permite a população participar das estruturas de poder.

O segundo momento refere-se a proposta de desenvolvimento sustentável do município da Serra do Mel - RN. Nele, abordaremos inicialmente seus antecedentes, desde o projeto de colonização até a sua municipalização. Logo em seguida procuraremos recompor o processo de construção do plano, especificamente quanto aos aspectos ligados às suas origens e a metodologia adotada, tendo como base o planejamento participativo. Finalmente, colocaremos os resultados principais decorrentes dos trabalhos realizados, dentre os quais: o diagnóstico do município enfocando os seus problemas e potencialidades, os objetivos do plano, as estratégias do plano de ação, os instrumentos e o plano de financiamento.

Para isso, utilizaremos como fonte de informação, além de bibliografias referentes ao histórico do município, os relatórios elaborados durante todo o processo de construção e a versão final do plano.

Por fim, faremos algumas considerações e apreciações sobre o trabalho.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA NOVA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

2.1. Crise Sócio Ambiental X Desenvolvimento: Gênese do Problema

Desde as duas últimas décadas torna-se cada vez mais generalizada a opinião de que o mundo vive um momento de crise. É uma crise multidimensional, que afeta vários setores da vida humana: a saúde, a qualidade do meio ambiente as relações sociais, econômicas, políticas, culturais e tecnológicas. Verifica-se, que a humanidade sente-se ameaçada de extinção.

Argumenta-se, no entanto, que a crise é global e que nenhuma nação será excluída, seja esta rica ou pobre, o que pode variar é a intensidade de uma região para outra.

É comum ouvirmos notícias que as superpotências gastam bilhões de dólares estocando armas nucleares capazes de destruir o mundo várias vezes. Isso sem falar, nos países de terceiro mundo que dedicam-se a compra e venda de equipamentos militares destinados a guerra.

Enquanto isso, mais de 15 milhões de pessoas - em sua maioria - morrem anualmente de fome; outros 500 milhões de seres humanos estão gravemente subnutridos. Cerca de 40% da população mundial não tem acesso a serviços profissionais de saúde; entretanto, os países em desenvolvimento gastam três vezes mais em armamentos do que em assistência a saúde da população. Trinta por cento da humanidade carece de água potável, enquanto metade de seus cientistas e engenheiros dedicam-se a tecnologia da fabricação de armas (CAPRA, 1982 p. 15).

Contudo, esta não é a única ameaça que a humanidade enfrenta, pois caso não haja uma catástrofe nuclear, o que esperamos que não ocorra, existe outra igualmente perigosa que pode extinguir a vida neste planeta: a catástrofe ecológica. Vários fatores têm contribuído nesse sentido, por exemplo, o crescimento da população

mundial e o da produção, associados a padrões insustentáveis de consumo, que provoca cada vez mais o esgotamento dos recursos naturais e compromete consequentemente, a capacidade do planeta sustentar as gerações atuais e futuras.

Para se ter uma idéia, nos grandes centros urbanos a taxa de urbanização acelerou assustadoramente nas últimas décadas. As projeções indicam que se continuar nesse ritmo nos próximos anos os mesmos não terão capacidade para fornecer emprego e infra-estrutura básica. Outro problema grave associado aos centros urbanos é a poluição industrial que afeta um aspecto fundamental para a vida humana sua saúde.

Segundo a Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e do Caribe (1990, p. 18),

81 milhões de habitantes que vivem nestas zonas urbanas, estão contentemente em contato com ar contaminado e isto tem sido um importante fator para os 2,5 milhões de casos de doenças respiratórias crônicas entre crianças; 105 milhões de casos de bronquite crônica entre idosos e quase 65 milhões de dias de trabalho perdidos como resultado de enfermidades respiratórias associadas. Quanto as necessidades básicas, o quadro também não varia: 40% dos lares não recebe o mínimo de calorias consideradas indispensáveis; dos 12 milhões de bebês nascidos por ano, mais de 700 mil morrem antes de completarem um ano de idade; o índice de abandono no ensino de escolas primárias é de 15%; o desemprego e o subemprego afetam 44% da força de trabalho; e os 68% das habitações podem ser classificadas como inadequadas.

Além da superpopulação mundial, a humanidade também é ameaçada pelos efeitos da tecnologia industrial, como a destruição da camada de ozônio, efeito estufa, mudanças climáticas, chuvas ácidas, perda da biodiversidade e vários outros desastres ecológicos. Assim, começam a surgir vários questionamentos para saber até que ponto os recursos naturais ou a própria humanidade suportarão os efeitos de uma tecnologia inadequada, bem como, o ritmo do crescimento econômico imposto pelo industrialismo.

Em decorrência desses fatos, nos últimos anos tem sido salientado em várias literaturas, que os recursos naturais são finitos e sujeitos a sérias degradações, o que estabelece limites quando se pretende planejar o crescimento

econômico. Com isso, surge o fato de que as questões econômicas e ambientais estão intimamente ligadas e que, portanto, não podem ser vistas isoladamente. Tal noção é bem exposta nesta afirmação de CAVALCANTI (1995 p. 79):

Se os recursos disponíveis para a atividade econômica provém do alicerce de matéria e energia de que o mundo é feito, sua transformação tem que estar sujeita as regras definidas pela sustentação proporcionado pelo ecossistema, de onde procedem matéria e energia.

Mesmo assim, ainda há quem argumente que os problemas ambientais não estão vinculados ao desenvolvimento, tese defendida pelos países industrializados. Ora, mais isso é natural, porque esses países são os principais responsáveis pelos padrões insustentáveis de produção e consumo os quais, provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios.

Por isso, é essencial a compreensão de que os problemas sócio-ambientais relatados anteriormente são ao mesmo tempo paralelos e interligados a uma só crise. E que essa é resultante da reprodução de modelos inadequados de desenvolvimento, de modo que, a medida que persisti-lo, o futuro ficará ainda mais comprometido.

A humanidade defronta-se então com um enorme dilema: ou reformula o modelo insustentável de desenvolvimento que vem sendo adotado ou terá de arcar com as conseqüências futuras. Pois, caso não haja uma mudança no atual cenário mundial, o crescimento no planeta alcançará os limites de insustentabilidade nos próximos séculos. O resultado será o declínio súbito e incontrollável tanto da população quanto da capacidade industrial.

Precisamos então, de um novo padrão de desenvolvimento. Apesar de reconhecemos o enorme avanço tecnológico e os sinais visíveis de progresso, reconhecemos também que grande parte da população mundial esta a margem dos benefícios alcançados pelo tão almejado crescimento econômico. Pelo contrário, a cada dia que passa é mais generalizada a opinião que a atual crise sócio-ambiental é proveniente de um crescimento econômico insustentável e injusto que nos impõe várias exigências, entre elas a substituição do conceito qualidade de vida por padrão de vida.

Onde a qualidade de vida representa bem mais que um indicador quantitativo, como é o caso do padrão de vida, uma vez que requer fatores como: satisfação dos desejos, aspirações e das necessidades humanas.

Porém, como toda situação de crise, esta apresenta a alternativa de se agravar ou melhorar. Não sabemos se os resultados serão favoráveis ou não, no entanto, esperamos que o quando mude para melhor, pois assim, futuramente aumentarão a possibilidade da humanidade satisfazer suas necessidades básicas: qualidade de vida para todos, ecossistemas melhores e um futuro mais seguro.

É nesse contexto, que surge a "Comunidade sustentável", formada por cientistas, políticos e ambientalistas, com o intuito de procurar possíveis soluções para a atual crise sócio-ambiental. Dessa maneira, é finalmente, reconhecido no mundo inteiro os desafios esperados para os próximos séculos. O desenvolvimento passa então, a ser visto numa nova ótica, muito mais complexa que a atual, envolvendo além, da questão econômica, outros três elementos - o social; político e o ecológico - não é mais confundido com crescimento econômico como acontecia há cerca de três décadas.

Delineiam-se então, em todo o mundo, novos caminhos para o desenvolvimento. Nenhuma sociedade - país ou região, sobretudo os menos desenvolvidos - pode dar-se ao luxo de ignorá-los, sob a pena de arriscar-se a perder o trem, cada vez mais rápido, da história (PROJETO ÁRIDAS, 1995 p. 31).

Pouco a pouco, começam a surgir novas concepções sobre o desenvolvimento, passando este a incorporar em seu conceito questões como: distribuição de renda mais justa, preservação e conservação do meio ambiente, equidade social e melhoria da qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

Em 1987, a conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento publicou o relatório O NOSSO FUTURO COMUM, mais conhecido por Relatório de Brundtland¹, que lançava à humanidade um novo desafio: O desenvolvimento sustentável. Esse novo padrão de desenvolvimento foi reforçado na

¹O Relatório Brundtland é o resultado de um trabalho realizado pela Comissão Mundial (da ONU) sobre o meio ambiente e desenvolvimento (UNED). Os presidentes da comissão eram Gro Harlem Brundtland e Monsour Khalid, daí o nome do relatório final.

ECO-92 realizado no Rio de Janeiro em 1992. Desde então, o debate sobre desenvolvimento sustentável ganhou grandes proporções fazendo surgir várias concepções sobre o tema.

2.2. Desenvolvimento sustentável: Conceitos e Questionamentos

Muito antes da década de 80, já se usava a palavra *sustentável*² associada ao setor agrícola. Mas, é a partir de meados dos anos 80 que a expressão ganha aceitação e passa a ser usada com mais frequência, assumindo também as dimensões econômicas e sócio-ambientais, não mais se restringindo a área agrícola. De lá para cá, o interesse pelo *ideal sustentável* vem tornando-se cada vez mais crescente, merecendo a atenção de múltiplas áreas, especialmente a área sócio-econômica, originando assim o *DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL*.

A revisão bibliográfica pertinente indica que vários conceitos de desenvolvimento sustentável vem sendo disseminado nas últimas décadas, surgindo assim as mais variadas definições e explicações sobre o tema. Em alguns, tais definições guardam sensíveis diferenças de conceituação, por isso ainda não existe uma definição fechada sobre *desenvolvimento sustentável*, chegando a ser um desafio entre os pesquisadores da área defini-lo de uma forma aceita por todos.

Segundo VIEIRA (1995 p. 54) quem deu os primeiros passos para caracterizar um conceito de desenvolvimento diferente do estilo de desenvolvimento vigente foi Maurice Strong (1973). Através do conceito,

*ecodesenvolvimento*³, buscava-se uma idéia - força que fosse capaz de *direcionar, de forma criativa, iniciativas de dinamização econômica sensíveis ao fenômeno da degradação do meio ambiente e da marginalização social, cultura e política.*

² A palavra *sustentável* origina-se do latim, e é usada pelos ingleses desde 1290. (Rediff e Sage, 1994) citado por EHLERS (1994).

³ O termo *ecodesenvolvimento* é usado por vários autores como sinônimo de desenvolvimento sustentável

No ano seguinte, esse conceito é reformulado por Ignacy Sach (1974), citado por BRUSSEKE (1995 p. 2), ganhando uma nova versão. Aqui, o termo ecodesenvolvimento, passa a integrar seis aspectos básico que a autora considera para os novos rumos do desenvolvimento:

- . *Satisfação das necessidades básicas;*
- . *Solidariedade com as gerações presentes e futuras;*
- . *Participação da população envolvida;*
- . *Preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral;*
- . *Elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e*
- . *Programas de educação .*

Mas, apesar de se reconhecer a contribuição que as discussões anteriores propiciaram para o *desenvolvimento sustentável*, foi somente a partir de 1987 com a publicação do Relatório Brundtland que a questão difundiu-se, e a partir daí resultou o conceito que tornou-se a principal referência para grande parte dos especialistas da área. O conceito foi definido da seguinte forma:

Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades (BRUSSEKE, 1995 p.2) .

O mesmo relatório diz também que a *estratégia de desenvolvimento visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza* . Em função deste objetivo o relatório apresenta uma série de medidas que as instituições políticas e econômicas devem tomar. Entre elas:

No Nível Nacional:

- . *Limitação do crescimento Populacional;*
- . *Garantia de alimentação a longo prazo;*
- . *Preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;*

- .Diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis;*
- .Aumento da produção industrial nos países não industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas;*
- .Controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores;*
- .Satisfação das necessidades básicas;*
- .Sistema político que assegure a participação efetiva das cidades nas tomadas de decisão.*

No Nível Internacional

- .As organizações do desenvolvimento devem adotar estratégias do desenvolvimento sustentável;*
- . A comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártida, os oceanos, o espaço;*
- . As guerras devem ser banidas, e*
- . A ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável .*

Na concepção do PROJETO ARIDAS (1994), a sustentabilidade do desenvolvimento não deve esgotar-se a dimensão ambiental, como é freqüentemente associada. Argumenta, ainda, que o desenvolvimento e a sustentabilidade são processos globais interdependentes e, portanto, devem conter além da dimensão geoambiental, mais três dimensões:

- . A econômica-social que procura criar condições para o crescimento econômico, socialmente inclusivo e equitativamente distribuído;*
- . A científico-tecnológica que busca assegurar o domínio e a permanente atualização de conhecimento e sua aplicação em toda gama das atividades humanas, estimulando processo continuado de inovações na sociedade.*
- . A política-institucional que busca promover os mecanismos institucionais, que ampliem a participação da sociedade naquele processo, assegurando sua permanência inculcando-lhe legitimamente e promovendo a cidadania.*

Nessa linha de raciocínio, concluímos que o desenvolvimento sustentável compreende processos de mudanças social, política, econômica, cultural e ecológica, de modo que possa garantir para as gerações presentes e futuras a satisfação de suas necessidades. Deste ponto de vista, a sustentabilidade pressupõe satisfação para a população nos seguintes aspectos:

Social - Saúde, educação, combate a mortalidade infantil, saneamento básico, habitação, transporte, redução da pobreza;

Político - Participação descentralizada e democrática nos processos administrativos, intervenção decisiva nas decisões sobre políticas públicas, capacidade de gerenciamento;

Econômico - Renda satisfatória e bem distribuída, geração de emprego;

Cultural - considera-se os costumes locais e as tradições;

Ecológico - Utilização adequada dos recursos naturais.

Além desses conceitos, a literatura oferece ainda as mais variadas definições e explicações de desenvolvimento sustentável, pois a expressão tornou-se tão em moda que há uma tendência a utiliza-la para qualquer coisa que seja julgada boa, cujo significado pode variar de acordo com a conveniência do usuário.

No entanto, a literatura pertinente de definições indica que as discussões conceituais sobre o Desenvolvimento Sustentável gera dúvidas e controvérsias principalmente quando expressa um desenvolvimento que satisfaça a necessidade das gerações presentes sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Esta polêmica se processa por que, infelizmente, o conceito não esclarece de que forma se alcançará o *desenvolvimento sustentável* para as gerações atuais e futuras sem comprometer o equilíbrio ecológico e exaurir os recursos naturais. Além disso, o conceito também não esclarece de que forma serão satisfeitas essas necessidades e quais são, uma vez que está implícito no conceito, de que forma serão contempladas as dimensões ecológicas, econômicas e sociais, atuais e futuras, sem comprometer o equilíbrio ecológico e exaurir os recursos naturais.

O conceito ainda se compromete quando considera que é possível alcançar o *Desenvolvimento Sustentável* tanto nos países capitalistas, quanto nos ex-socialistas real do leste europeu sem mexer com as estruturas da sociedade e do Estado, responsáveis pelo acúmulo de capital nas mãos de poucos, conseguido através da exploração da fome e marginalização, além de causarem a degradação dos recursos naturais (SCHAFFER, 1992).

Não há dúvidas de que as discussões em torno do *Desenvolvimento Sustentável* são contraditórias, contudo, nenhuma delas gera tanta dúvida e polêmica quanto a questão do crescimento econômico, pois não existe sequer um consenso entre crescimento e desenvolvimento. Existe uma tendência quando se fala em desenvolvimento a igualar essas duas expressões, apesar da distinção entre elas serem bem conhecidas. O crescimento se refere basicamente a um aumento quantitativo e o desenvolvimento pode ser encarado como um estado melhor de vida, ou seja, a uma melhoria qualitativa.

Nessa linha, é importante colocar que é comum aos usuários da expressão, caracterizar o desenvolvimento sustentável por um crescimento econômico contínuo através do tempo e benigno para o ambiente. Contudo, em algumas literaturas essa abordagem não é isenta de controvérsia pois, para sustentar um certo ritmo de desenvolvimento econômico, enormes esforços são sempre requeridos, o que significa que algum recurso renovável ou não, será esgotado. Dessa forma, o desenvolvimento tal como é compreendido atualmente, pelo acúmulo de bens materiais, é literalmente insustentável. CAVALCANTI (1995 p. 7) afirma que,

o desenvolvimento para ser sustentável e menos vulnerável a crises, princípios mínimos de austeridade, de sobriedade, de simplicidade e de não-consumo de bens mutuários têm que prevalecer. Pois são eles que respeitam instintivamente os limites dos recursos ambientais.

É bom deixarmos claro que a idéia defendida não é, portanto, acabar com a posse de bens, mas buscar melhorias na qualidade de vida, sem que para isso seja preciso adquirir mais e mais de cada coisa. Isso traduz um estilo de vida produzido pela sociedade industrial com o objetivo de vender cada vez mais, e assim obter mais

lucro, pois muito dos bens produzidos poderiam perfeitamente não existir. Mas por hábito consumista, decorrentes de propagandas persuasivas, as pessoas acabam adquirindo bens de consumo desnecessários para sua vida.

Enquanto isso, os segmentos mais pobres não têm condições de satisfazer necessidades básicas como alimentação, saúde, moradia e educação. Por isso, o êxito do *Desenvolvimento Sustentável* exige que haja uma mudança nos padrões de consumo, de forma a reduzir os desperdícios e a sede pela acumulação da riqueza material.

Ainda sobre o crescimento econômico, alguns profissionais da área vêm questionando se o *Desenvolvimento Sustentável* sem crescimento econômico seria suficiente para acabar com a pobreza e a miséria, sem que houvesse uma redistribuição das riquezas. Outros, já defendem a idéia de que a solução para esses problemas seriam possíveis quando viabilizado o crescimento econômico. Por isso, a polêmica em torno da expressão, pois é politicamente mais conveniente torna-la confusa que propor políticas públicas que resolvam os problemas da fome e da miséria.

Do ponto de vista dos economistas neoclássicos os recursos naturais podem facilmente ser substituídos por capital. Por isso não encaram o uso dos recursos como comprometedores em função da sustentabilidade. Por outro lado, os economistas ecológicos pensam exatamente o contrário, uma vez que capitais e recursos naturais são fatores complementares e não substitutos, consequentemente a falta de um limita a produtividade do outro. Se os fatores fossem substitutos a falta de um não reduziria a produtividade do outro.

Os economistas ecológicos utilizam várias teorias provando que estão cientificamente corretos e os economistas neoclássicos errados. Porém, mesmo assim os economistas neoclássicos continuam a estimular o crescimento do capital produzido pelo homem a um ponto que os recursos naturais torna-se-ão insustentáveis. É nesta perspectiva que, CAVALCANTI (1995 p. 11)

considera que o "desenvolvimento econômico não representa mais uma opção aberta com possibilidades amplas para o mundo. A aceitação geral da idéia do desenvolvimento sustentável indica que se fixou voluntariamente um limite

(superior) para o progresso material. O dever da ciência é explicar como, de que forma, ela pode ser ameaçada, quais são os caminhos para a sustentabilidade.

Esses pressupostos sugerem a necessidade de novas regras econômicas muito mais complexas que as atuais, se existe mesmo pretensão de um desenvolvimento sustentável. Nesse caso, é preciso estabelecer metas e prioridades para se obter melhoria da qualidade de vida da população, reduzir a pobreza e ao mesmo tempo não degradar o meio ambiente.

O que ainda não se sabe é como mobilizar a sociedade a gerar processos de mudanças qualitativas, de forma a promover melhor nível de vida da população. Que atitude se deve tomar? Por enquanto, apesar do interesse demonstrado por organizações nacionais e internacionais e pesquisadores da área, a análise que se faz é que o *Desenvolvimento Sustentável* ainda apresenta-se em planos de pesquisa, a não ser em casos isolados; por mais que se procure converter esse quadro, na realidade não há situações concretas.

Apesar dessas interrogações, o *Desenvolvimento Sustentável* tem servido para orientar projetos nas mais diferentes áreas.

No entanto, a promoção de um desenvolvimento baseado na sustentabilidade não se dará aos saltos, pelo contrário, se dará por um processo lento. Tão pouco será possível mudanças tão profundas como essas que estamos tratando em um curto período de tempo. O resultado de tais mudanças só serão visualizadas a médio e longo prazo.

Por isso, a estratégia que nos permitirá alcançar o desenvolvimento irá depender de diversos fatores, entre eles temos a questão da democracia. Pois se não conseguirmos uma verdadeira democracia que possibilite maior participação da sociedade civil na formulação e execução da políticas públicas será impossível promover a viabilidade de um desenvolvimento social, político, econômico e ecológico. O *desenvolvimento sustentável* só será alcançado se for partilhado por todos.

Portanto, isso implica a valorização do meio local seja este um bairro, uma comunidade, um assentamento ou um município como estância mais próxima de seus problemas, aspirações e prioridades. Só assim, o desenvolvimento sustentável será elaborado em cima da realidade concreta dos atores envolvidos.

2.3. Sustentabilidade Numa Perspectiva Local

O tema desenvolvimento local faz parte do debate de várias instituições e organizações internacionais voltadas para sua problemática. A motivação para analisar o problema originou-se após a constatação da necessidade de redefinir o conceito de desenvolvimento e trabalhar no sentido de formular estratégias alternativas para promovê-lo.

Porém, num país caracterizado pela situação de pobreza em que vive a população, pela elevada concentração de renda, de recursos produtivos e pela quantidade de pessoas incapazes de satisfazer suas necessidades básicas (saúde, habitação, alimentação, etc.), isso associado à violência e a degradação ambiental, torna-se um grande desafio a criação de estratégias que gere processos de mudanças social, política, econômica, cultural e tecnológica para espaços locais.

De acordo com JARA (1995 p. 2),

é preciso encontrar novos paradigmas que permitam repensar os objetivos do desenvolvimento partindo de novos pressupostos fundamentados na maximização da equidade e da justiça social e política, na maximização do bem-estar econômico, na convivência política das culturas, na maximização da qualidade ecológica e, no respeito a vida em geral.

Neste sentido, a promoção do desenvolvimento local como estratégia de desenvolvimento, pressupõe processos participativos e democráticos que permitam a população acesso a informações, discussões e decisões na escolha das alternativas e prioridades que lhes dizem respeito. Afinal, cada realidade apresenta um contexto diferente, assim como maneiras diferentes de pensar e atuar. As propostas formuladas, obrigatoriamente, precisam ser direcionadas e elaboradas a partir da realidade local para que a população possa assumir gradativamente o seu próprio processo.

É por estes motivos, que não se pode elaborar planos de desenvolvimento, baseando-os em modelos que deram certo em regiões mais desenvolvidas, pelo contrário, uma proposta de desenvolvimento que tenha sustentabilidade deve voltar-se para a realidade específica em estudo.

Diante disso, enfatizamos a importância de mecanismos que permitam a população participar das estruturas do poder, pois se não houver uma mudança na cultura política convencional, não se pode esperar mudanças na gestão das instituições públicas ou privadas, que promovem o desenvolvimento.

Convém assinalar que a princípio a população não está capacitada para participar satisfatoriamente nestas instâncias. Daí ser imprescindível a ação capacitadora em projetos de desenvolvimento, de modo a elevar seu nível educacional e, capacitá-los para o reconhecimento de problemas comuns no desenvolvimento e autonomia pessoal.

As diversas produções teóricas que abordam a temática em questão, defendem que não existe desenvolvimento local, sem que haja desenvolvimento global, porém, essa concepção destrói qualquer esperança que se venha a ter para o desenvolvimento comunitário.

Em primeiro lugar é preciso pensar globalmente e atuar localmente, ou seja, visualizar a realidade da nova ordem mundial e elaborar modelos e estratégias para se articular ativamente com essa ordem. Atuar localmente consiste em atuar em cima da realidade concreta, dos problemas específicos das comunidades, visando dar poder as pessoas, ou seja, oportunidades para participar, decidir e controlar; capacidade de escolha e um espaço de respeito e consideração. A globalização é uma realidade, a abordagem local uma possibilidade (JARA, 1995 p. 7).

É óbvio que a realização do desenvolvimento não se dará a menos que haja empenho do governo em promovê-lo. Pode-se dizer que se torna muito difícil gerar desenvolvimento sem que exista programas de políticas públicas direcionadas para isso.

Uma nova estratégia de desenvolvimento exige uma nova visão para planejar, elaborar e executar projetos que respondam às necessidades do povo. Devemos planejar com ele e não para ele.

O povo deve participar não somente do trabalho físico envolvido no desenvolvimento, mas também de seu planejamento e da determinação de suas prioridades (...). Em cada etapa do desenvolvimento o povo sabe quais suas necessidades básicas (...). O povo deve ter tanto poder econômico quanto

político, seja a nível de povoado, de região, ou de nação, se o desenvolvimento for voltado para os interesses do povo (NYERERE, 1979 P. 24).

Deve ser dado à população oportunidade de desenvolver seu potencial em todos os níveis de suas prioridades, seja como pessoa ou cidadão.

Isto significa muito mais do que a realização de investimentos produtivos em seres humanos, de modo a incorporá-los à sociedade de mercado quer como mão-de-obra, quer como consumidor. Significa: 1) Dar a todo indivíduo a oportunidade de se sentir valorizado, dignificado, respeitado, apreciado pelo que é, e não pelo que produz; 2) Reconhecer a todo indivíduo o direito de participar de decisões que afetam sua vida (CAMPOS, 1980 p. 33).

Ultimamente tem sido discutido por alguns especialistas em desenvolvimento que é impossível adotar novas estratégias nesse sentido, sem que haja mudanças na maneira de planejar, ou seja, não podemos mais cair no erro de definir conceitos pré-concebidos das necessidades da população.

Quem deve definir "as necessidades básicas humanas e como? Estaremos mais uma vez incidindo no erro de definir as necessidades básicas humanas segundo os critérios do ocidente? Estaremos novamente nos enganando a procura de uma definição que seja adequada a centenas de culturas e subculturas dos países menos desenvolvidos? Quem está em melhor posição para definir essas necessidades? Os cientistas políticos? As elites governamentais? ou os povos que procuram combater a pobreza? (CAMPOS, 1980 p. 33).

A partir desses questionamentos, a idéia aqui defendida é que um modelo de desenvolvimento não pode ser definido de antemão, mas sim do resultado de um embate de forças que atuem com objetivos comuns. Reconhecemos a participação da população como sendo de importância fundamental para seu sucesso. Não que estejamos negando a importância dos especialistas de múltiplas áreas em projetos de desenvolvimento, contudo, sua participação não é suficiente, porque se a pretensão é identificar e solucionar os problemas referentes às necessidades básicas e melhoria de

vida da população, nada mais justo a participação dos atores envolvidos em todos os processos, pois, são os que conhecem, como ninguém, as necessidades específicas de sua comunidade.

Cabe ainda colocar que o desenvolvimento local precisa incorporar em seus objetivos

descentralização e modernização das administrações locais, assim como da abertura de processos democráticos que permitam ativar a ação coletiva das comunidades, nível onde os cidadãos estão mais próximos um dos outros, compartilhando em comum os mesmos problemas, aspirações e experiências. Isto implica revalorizar o meio local e avaliar o seu potencial, visando promover mudanças em campos prioritários que sejam percebidos e identificados pelas comunidades, no marco da educação, da capacitação, da informação e do consenso de interesses livres de clientelismos. Pensar localmente exige a releitura da relação entre cidadão e sociedade política, superando os relacionamentos de exclusão e subalternidade (JARA, 1995 p. 8).

Diante desses fatos, a abordagem do *Desenvolvimento Sustentável* pressupõe necessariamente uma gestão baseada na democracia como canal que permita aos autores sociais envolvidos expressar seus desejos, de participar diretamente das tomadas de decisões que afetam seu destino, de acesso a informações e sobretudo de criar oportunidade que permitam acesso a melhores condições de vida.

2.4 Gestão do Desenvolvimento Sustentável

Atualmente se discute uma proposta de gestão⁴ como instrumento capaz de resgatar a cidadania das comunidades através do seu próprio

⁴ Desejamos esclarecer que os termos administração e gestão são sinônimos, como acontece com tantos outros termos na área sócio-econômica. Entretanto, o primeiro termo é mais voltado para empresas privadas, sobretudo as grandes, enquanto que o termo gestão é mais direcionada para empreendimento ligados a associações, cooperativas e comunidades, etc.

desenvolvimento, partindo-se do pressuposto de que as comunidades se organizem em torno de objetivos que são identificados como prioritários e que devem possibilitar o processo de um desenvolvimento autônomo e gerador de melhores condições de vida.

Achamos fundamental esclarecer que gestão participativa é um modelo de gestão sustentada a partir do princípio que as decisões sejam tomadas, necessariamente, de forma participativa. E essa gestão para ser considerada participativa deve ser democrática, transparente e descentralizada, permitindo a

participação ativa de todos os colaboradores na gestão, formação de um espírito de equipe, orientação para resultados convergentes, visar a autonomia e a integração, ser não elitista e não- discriminatória, ser voluntária, de iniciativa própria, ser um sistema de gestão aberto, além limites (SEGRE, 1995 p. 478).

Por isso é necessário ressaltar a importância da participação popular nas organizações locais como instrumento que possibilite elevar cada vez mais o nível de consciência e organização da população, e dessa forma influenciar para a transformação de uma realidade, como também preparando-a para assumir a gestão tanto dos processos de produção como dos de organização. Influenciar no sentido de exercer poder. Isto significa que, direta ou indiretamente devem participar das decisões nos mais diferentes aspectos, e com isso, fazer valer seus interesses.

É importante, porém, acentuar que a participação para ser vista como gestora de um processo de transformação da realidade, deve atuar na perspectiva qualitativa e a quantitativa sendo que a primeira deve sobrepor a segunda. De acordo com DEMO (1988 p. 324), *os processos participativos supõem processos históricos conquistados de formação comunitária, de baixo para cima, nos quais a marca numérica nunca é o fator mais decisivo.* Todavia, para que isto aconteça, é necessário a efetiva participação da comunidade, mediante a prática e o exercício cotidiano das discussões dos problemas que a envolvem. A análise da realidade e a busca de alternativas para a resolução dos problemas comuns são os meios previstos para desenvolver uma comunidade.

Dentro dessa linha de pensamento, as organizações comunitárias devem apresentar condições necessárias para o desenvolvimento bem-sucedido das comunidades, em que os aspectos auto-estima, determinação, motivação e capacitação sejam prioritários para o processo de desenvolvimento. Precisa-se também adotar dinâmica de relacionamento, comportamento de grupos, estratégia para trabalho coletivo, reuniões para descobrir assuntos de interesse da comunidade e acompanhamento efetivo com os trabalhos grupais.

Dessa forma, propomos, aqui, desenvolver processos educativos que tornem possível, através da gestão participativa, a transformação da realidade local, ou seja, trata-se de organizar a população, e assim ser sujeito do processo de desenvolvimento.

A gestão participativa deve reconhecer cada indivíduo como gerador de um processo satisfazendo-lhe suas necessidades humanas de autonomia, auto-realização e relacionamento humano. Deve também permitir rodízio de cargo, descentralização das tarefas, formação de novos quadros para que assim as organizações durem além de seus líderes.

Atualmente um termo que vem sendo usado bastante nas questões gerências é a CO-GESTÃO. A co-gestão pode se dar tanto ao nível de empresa como de sociedade. A co-gestão comporta co-decisão: uma decisão só pode ser tomada por concordância das partes representadas, ou seja, as duas partes têm o mesmo direito. A co-gestão é entendida oficialmente como equilíbrio de poderes, tendo em vista o bom funcionamento da empresa. Equivale a co-participação sendo esta entendida como participação nos lucros ou aumento de patrimônio. Essa forma de co-gestão é mais encontrada a nível de empresa privada.

No âmbito das organizações comunitárias a co-gestão apresenta algumas particularidades, *onde instituições e beneficiários (através de representação) formulam alternativas, discutem analiticamente, decidem, realizam ou responsabilizam-se pelo resultados* (MENDEZ & TINOCO, 1990 p. 12). Por exemplo em projetos de desenvolvimento comunitário os agentes principais são os beneficiários, e a nível institucional, os técnicos assessores que trabalham diretamente na comunidade.

É registrado na literatura, a preferência pelo termo gestão ao termo co-gestão, devido a questionamentos que se faz ao segundo termo. Se as decisões são

tomadas conjuntamente, o resultado econômico que decorra seja lucro ou perda, serão apropriados também pelo técnico do Estado juntamente com os beneficiados? (MENDEZ & TINOCO, 1990 p. 12)

A co-gestão também pode ser entendida como uma consultoria que se presta a num tempo predeterminado a uma comunidade. O que se espera nesse período é que a co-gestão ou co-participação proporcione condições para os comunitários assimilarem o mecanismo de participação e atuação para que, após o cumprimento do prazo se possa assumir e conduzir as atividades de interesse comunitário em seus aspectos econômicos-financeiros e administrativos.

Na verdade, a co-gestão é encarada como um processo de transição, ou seja, dentro de uma sistemática evolutiva que caminhe para a autogestão.

A palavra autogestão é usada para designar um modo especial de administrar, produzir, distribuir recursos e bens, consumir e se desenvolver. Na autogestão⁵ a empresa ou empreendimentos é controlada pelos agentes envolvidos, onde todos os sócios têm participação ativa nas questões empresariais, na propriedade dos meios de produção e no trabalho produtivo da empresa.

Cabe assinalar que esta autonomia não impede que seja prestado algum tipo e assessoria de fora, se esta for necessária. Porém, é importante ressaltar que os envolvidos sintam a necessidade e que eles devem controlar, aceitar e avaliar o trabalho de assessoria.

Igualdade, liberdade, autonomia, criatividade, solidariedade e mutualidade são também características da autogestão.

Em resumo, pode-se afirmar que a autogestão representa uma proposta de ação coletiva. Repousa no princípio fundamental da igualdade entre todos os homens. Ao nível organizacional, ela significa uma mudança radical de grande impacto sobretudo em relação às práticas de participação do empregado, à medida que a autogestão traz para o interior da organização aquele princípio básico da igualdade e, assim fazendo, institui a democracia organizacional de todos perante todos, desaparecendo a hierarquia e as dominações.

⁵ Segundo TRAGTENBERG (1989), autogestão significa gestão própria.

É necessário, porém, encarar os fatos: a viabilidade desta concepção de gestão requer um novo perfil dos cidadãos comunitário. Para que isto se torne possível, é necessário que exista, de fato, a efetiva ação participativa e capacitadora nas instâncias de poder e dos processos decisórios.

Neste sentido, um instrumento de grande importância para a eficácia e autonomia das entidades, diz respeito ao planejamento participativo como forma de desenvolver o processo de ensino e aprendizagem através do acesso a informações e ao poder. Além do mais, o planejamento permite organizar as atividades visando evitar riscos e fracassos no futuro. O planejamento visualiza mudanças, opção, promove intervenção prática sobre a realidade, afetando positivamente o destino das pessoas envolvidas.

Infelizmente na prática, a realidade é outra, uma vez que dificilmente nas organizações comunitárias ocorre planejamento participativo. Geralmente ocorre participação somente na execução de tarefas.

Quando os objetivos, as metas, os prazos e os recursos são definidos fora o processo, não se pode mais falar em participação. Nesse caso a importância social do agente envolvido já está negada. Foi-lhe retirado um espaço de se fazer valer e ajudar a definir algo importante que lhe diz respeito. Neste caso, em vez de participação, o que há é convencimento para realização de tarefas (SALES, 1983 p. 12).

Por isso, enfatizamos que o planejamento participativo como processo educativo de construção para autonomia não significa apenas acúmulo de saber, mas sobretudo compreensão de socialização no interior do grupo e capacidade deste de sistematizar seus problemas. O processo educativo deve permitir a comunidade analisar a situação em que esta incluída⁶, refletindo sobre as alternativas de aperfeiçoamento de sua realidade; deve também capacitá-los para questões como: organização, produção, co-gestão, co-participação, etc.

Dessa forma, é bom ter em mente que o discurso da Gestão Participativa, não se detém ao desenvolvimento dos tradicionais sistemas administrativos

⁶ Formação de senso crítico.

(contabilidade, finanças, patrimônio ...) em que o objetivo central é a maximização do lucro. Pelo contrário, além disso, ela também possibilita criar alternativas que impulsionam novos padrões de desenvolvimento.

Ela permite a percepção realista dos problemas específicos que afetam a população, através do envolvimento das pessoas na definição das prioridades, ativando o compromisso dos atores com a gestão dos processos. Por isso a importância da participação social, não apenas visando a sustentabilidade, mas para superar o sentido de importância do povo submetido. A participação incentiva a manutenção política das classes populares e gera graus crescentes de auto-dependência, ao promover a organização e, principalmente, esse poder de escolha que gera responsabilidade e criatividade. A comunidade cria suas próprias condições sociais sustentáveis, quando participa e semeia suas iniciativas, experiências e potencialidades (JARA, 1995 p. 12).

Assim, podemos dizer que a expectativa dos que defendem e apoiam a gestão participativa, é que esta tenha uma proposta de continuidade para que com o tempo a comunidade tenha condições de identificar seus problemas, prioridades e potencialidades, organizar a população e a participação social no planejamento e controle das ações; sugerir parcerias com instituições, capacidade para gestão técnica, administrativa e financeira e distribuir poder e espaços de autonomia no processo decisório.

Em síntese não podemos dizer que a Gestão Participativa vá resolver todos os problemas da sociedade, mas podemos apontá-lo como uma nova filosofia, fundamental para promover o desenvolvimento sustentável, bem como combater a pobreza, as desigualdades, as injustiças, elevar a consciência, construir uma sociedade mais humana e menos alienada e, principalmente, atenuar as dependências da população. Porque, sem sombra de dúvida, a dependência gera processos de subalternidade que bloqueiam o desenvolvimento sustentável.

3 - PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CASO SERRA DO MEL

3.1 - Antecedentes

O Município de Serra do Mel, localiza-se no extremo noroeste do Estado do Rio Grande do Norte, entre os vales dos baixos cursos do Rio Açu e Mossoró, e tem como coordenadas geográficas 05° 10' 12" de latitude Sul e 37° 01' 46" de longitude Oeste. Chega-se ao município através de estradas não pavimentadas que partem da Rodovia BR - 304 e da estrada Mossoró - Areia Branca.

A história da Serra do Mel, começa em 1946 quando os salineiros da região solicitaram ao Brigadeiro Eduardo Gomes, na época candidato à Presidência da República, a criação de uma colônia agrícola. Daí, o motivo do projeto de colonização estar distribuído entre regiões produtoras de sal.

Em 13 de outubro de 1972, O Governador do Estado, Cortez Pereira, assinou o decreto nº 5866 legalizando o projeto de colonização da Serra do Mel. Esse projeto tinha como objetivo garantir condições de vida dignas ao homem do campo, uma vez que ampliaria a fronteira agrícola de terras, até então improdutivas, além de ocupar a mão-de-obra ociosa proveniente, principalmente, da mecanização das salinas através da abertura do campo de emprego, dada a instalação de agro-indústrias, ligadas ao beneficiamento da castanha de caju.

No entanto, os sucessores de Cortez Pereira mostraram-se totalmente desinteressados pelo projeto, gerando assim, uma série de problemas para a população, tais como : falta de água, transporte, alimentação, educação e outros.

Em 1983 inicia-se no município a atuação da AACCC⁷ e da Igreja Católica, a partir da Paróquia de Areia Branca. Essas instituições, juntamente com a EMATER⁸, a COOPERMEL⁹, a FUNDAÇÃO SESP¹⁰, a Escola Pe. José de Anchieta e o GEAS¹¹, unem-se para resolver os problemas da Serra do Mel.

⁷ Associação de Apoio à Comunidades do Campo

⁸ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

⁹ Cooperativa Agrícola Mista de Colonização da Serra do Mel

¹⁰ Serviços de Saúde Pública

¹¹ Grupos de Estudo e Ação Social

Em 1985 a AACC intensifica seu trabalho, no sentido de criar Associações Comunitárias em todas as vilas e fortalecer as que já existiam. Em decorrência dos trabalhos da AACC ocorre uma mudança considerável no quadro sócio-econômico da Serra do Mel. Isso se deve ao fato da mesma trabalhar em parceria com várias entidades, tanto públicas quanto privadas, facilitando assim a captação de recursos.

No ano de 1988, a Serra do Mel conseguiu sua emancipação político-administrativa, passando a ser município. E em 1992 se efetivou o primeiro governo municipal.

Para a constituição do Município consideraram a mesma organização que gerou o projeto de colonização, ou seja, 24 vilas agrícolas, todas colonizadas e habitadas por famílias; cada família possui um lote de 50 hectares de área, distribuídos da seguinte forma: 15 ha de cajueiro, 10 ha de campos de cultivo e culturas anuais, 25 ha de mata de caatinga preservada.

Nas vilas, situadas um pouco distante dos lotes, ficam as casas dos colonos. Cada casa possui um quintal com 3000 m² de área, o que possibilite cultivar em pequena quantidade, culturas de subsistência, fruticultura, produção de hortas e de animais. Além das casas de colonos, existe também em cada vila um posto de saúde, um chafariz e um armazém.

O Município é conhecido pelas atividades agropecuárias, sendo a cultura do cajueiro a de maior expressão. Contudo, esta atividade não se constitui para a população uma alternativa real, apesar de se destacar economicamente.

Vale a pena registrar, que o fato da AACC vir desenvolvendo um trabalho no sentido de fortalecer o nível de consciência organizacional na Serra do Mel, contribui para criação de vários tipos de organizações associativas, que realizam um trabalho de fundamental importância. Entre elas destacamos algumas consideradas atuantes:

a) 24 associações comunitárias (1 em cada vila) que têm por finalidade promover o desenvolvimento social, econômico e cultural de suas respectivas vilas;

b) 1 cooperativa (COOPERCAJU¹²) que promove a venda e compra de bens comuns dos seus cooperados, ao mesmo tempo que presta assistência técnica e educativa;

c) 1 associação de jovens (AJSM¹³), que realiza atividades de cunho social, cultural e político, na perspectiva de educar e sociabilizar a cultura;

d) 1 sindicato de trabalhadores rurais (STR¹⁴) que desenvolve trabalhos de cunho político e social na perspectiva de organizar os trabalhadores da comunidade.

No ano de 1993 o projeto BNB/PNUD¹⁵ chega a Serra do Mel com o propósito fundamental de elaborar um plano de desenvolvimento para a Serra do Mel que pudesse responder de forma concreta os vários problemas existentes na área.

Nosso trabalho consiste em descrever se a metodologia adotada pelo BNB/PNUD, ao elaborar o projeto de desenvolvimento da Serra do Mel-RN, respeitou um dos princípios fundamentais para o sucesso de um *desenvolvimento sustentável*: a participação da população local na definição de suas prioridades.

3.2 - Proposta: Origens e Metodologia

Tudo começou quando a COOPERMEL contactou o Banco do Nordeste com o objetivo de captar investimentos, via FNE¹⁶, para desenvolver atividades agrícolas de pequeno porte e estruturar a cooperativa. Após esse contato o BNB mandou para Serra do Mel uma equipe do convênio BNB/PNUD, para averiguar a realidade da cooperativa.

O convênio em referência tem como objetivo o apoio a implementação dos projetos associativistas de produtores rurais, aprovados pelo BNB, através de suas organizações. Esse programa foi implementado em maio de 1993 em seis cooperativas do Estado, entre elas a COOPERMEL.

¹² Cooperativa de Beneficiamento Artesanal de Castanha de Caju do Rio Grande do Norte

¹³ Associação de Jovens da Serra do Mel

¹⁴ Sindicato dos Trabalhadores Rurais

¹⁵ BNB - Banco do Nordeste do Brasil e PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

¹⁶ Fundo Constitucional para o Desenvolvimento do Nordeste

Contudo, logo no início dos trabalhos, a equipe do BNB/PNUD constatou que a COOPERMEL, apesar de apresentar uma boa infra-estrutura, não se encontrava com estruturas organizacionais favoráveis para receber o volume de financiamento que seus objetivos requeriam, sem que antes houvesse mudanças na base da organização. De acordo com os propósitos do BNB a COOPERMEL deveria trabalhar de forma mais integrada com as demais organizações associativistas do Município, pois essas já vinham desenvolvendo, a algum tempo, atividades de cunho sócio-econômico e cultural na Serra do Mel.

Quando a equipe BNB/PNUD começou seu trabalho de mobilização e capacitação da COOPERMEL, comprovou que a direção era muito centralizada e a base da mesma não tinha poder de decisão, dado os sócios não se acharem donos da cooperativa, mas, apenas uma pequena minoria. Comprovou também, ao definir o papel, que as demais organizações exerciam, no processo que ela procurava atrair para si, atribuições que não eram de sua competência.

Diante disso a equipe do BNB/PNUD suspendeu os trabalhos com a base e a direção da COOPERMEL, até o momento em que soubesse como resolver tais problemas, somente assim seria possível realizar um trabalho integrado com as demais associações.

No entanto, ao procurar outras entidades, a equipe do BNB/PNUD encontrou sérios obstáculos: em função de divergências passadas com a COOPERMEL, a equipe não foi recebida com grande receptividade. Mas, quando a AACC, que tem grande aceitação em Serra do Mel, resolveu trabalhar em parceria com o BNB/PNUD, o quadro mudou. No decorrer do tempo, já firmavam-se contatos com as associações comunitárias, a COOPERCAJU e a Prefeitura do Município.

A partir daí, iniciaram-se reuniões entre a coordenação da AACC e o projeto BNB/PNUD. A proposta consistia em encontrar um meio de realizar um trabalho conjunto entre a COOPERMEL e as demais organizações ligadas a AACC. Foi realizado uma reunião com o prefeito com os mesmos objetivos.

Após esses contatos foi possível realizar uma reunião envolvendo a coordenação regional da AACC, a COOPERCAJU, cinco associações de produtores e a

coordenação do BNB/PNUD. Outras reuniões como essa foram realizadas até que fosse possível efetivar uma reunião com esses grupos e a direção da COOPERMEL.

Pouco tempo depois, realizou-se a reunião esperada pela equipe do BNB/PNUD. Nesta reunião estava presente representantes da COOPERMEL, das entidades citadas anteriormente e a equipe do BNB/PNUD. Cada entidade presente explicou seus objetivos e o trabalho que vinha desenvolvendo. A equipe do BNB/PNUD fez então o seguinte questionamento: o que pode ser feito para o desenvolvimento da Serra do Mel? E como deve ser feito?

Quanto a primeira pergunta surgiram inúmeras respostas, tanto do setor econômico quanto dos setores sócio-políticos. Quanto a segunda pergunta, surgiu a proposta de um projeto de desenvolvimento municipal integrado contendo em sua estrutura rumos que o tornem viável, sócio-político e econômico.

Depois disso, em outro encontro, decidiram ampliar o grupo e convidar outras entidades a participarem do processo de elaboração do projeto. Assim, na reunião seguinte compareceu, além dos grupos que já vinham participando, representantes da AJSM, da câmara municipal, do STR, do INATERN¹⁷, da EFAMEL¹⁸ e do GEAS. Nessa reunião discutiu-se uma estratégia para divulgar, em massa, o plano de desenvolvimento. Escolheu-se então uma comissão para divulgá-la em todas as vilas.

Tendo sido concluído essa fase de contato e integração entre as entidades atuantes na Serra do Mel, o projeto BNB/PNUD viu a possibilidade de iniciar as primeiras etapas para elaboração do projeto.

A proposta apresentada pelo BNB/PNUD consistia em trabalhar as organizações como uma unidade econômica e social, de forma a obter sua viabilização sócio-econômica, auto gestonária e auto-sustentada. Para obter tais resultados era necessário elaborar um projeto amplo e integrado que contemplasse os seguintes plano: educação, saúde, habitação, cultura, lazer, produção, comercialização, capacitação e gestão.

Diante disso, discutiram que, durante o processo de planejamento a ser desenvolvido em Serra do Mel, não poderiam deixar de lado três propósitos básicos para

¹⁷ Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural

¹⁸ Escola Família da Serra do Mel

torná-lo de fato democrático e popular : a participação, a capacitação e a integração; a partir desses pontos seriam representados os verdadeiros desejos e reivindicações da comunidade, que somente assim, atuaria política e historicamente.

Note-se que os pressupostos básicos são assim denominados:

- Participativo no sentido dos beneficiários do projeto participarem das principais políticas no processo de elaboração do projeto e posteriormente de sua execução.
- Capacitar como um processo organizado de comunicação, de relações culturais entre trabalhadores, camponeses e técnicos, para intercambiar experiências e idéias, produzir um conjunto de conhecimentos novos e refletir socialmente a prática para solucionar problemas concretos transformar a realidade do Município e das organizações, tentando superar a diferença entre trabalho intelectual e manual, entre os que pensam, os que decidem e os que executam.
- Integrado de forma a se trabalhar em equipe, onde seja incorporado idéias que envolvam os objetivos e interesses de todos.

É com essa perspectiva de aglutinar esses três pontos que a equipe do projeto, adotou uma metodologia capaz de propiciar ao máximo, a participação e o envolvimento das pessoas. Uma metodologia questionadora da realidade vivenciada pelas famílias, aprofundando diversos aspectos, com o econômico, social, o político e o cultural.

Em vista disso, o BNB/PNUD juntamente com as demais entidades colocadas anteriormente, construíram um fluxograma de atividades baseado na realidade local, com ações reparadoras de alguns problemas pendentes ao êxito do PIDSM¹⁹, os quais abordaremos mais a frente.

¹⁹ No início dos trabalhos adotou-se a seguinte denominação para o projeto de Serra do Mel - PLANO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO DA SERRA DO MEL (PIDSM).

Partindo desses fundamentos os primeiros passos realizados foram:

1. Mobilização da Comunidade

Os trabalhos de mobilização da comunidade foram desenvolvidos em duas fases: Na primeira realizou-se um trabalho de divulgação do plano. E logo após aplicou-se uma cartilha de mobilização em todas as vilas. Na segunda fase foi realizado em cada vila uma reunião, que tinha como pressuposto a discussão dos objetivos do PIDSM e a importância da participação da população no processo de construção do mesmo.

O resultado dessas atividades foi considerado muito satisfatório, dado o interesse dos comunitários, no que consiste a aceitação de um trabalho integrado, tanto com a comunidade quanto com as instituições locais. Participaram nesta etapa um total de 785 comunitários, envolvendo produtores, mulheres, jovens, técnicos e autoridades locais.

2. Seminário Teórico Metodológico

Este seminário teve como objetivo central mostrar-se aos participantes o papel das organizações associativas para o desenvolvimento auto-sustentado do município e a importância do PIDSM como definidor e orientador das ações. Entre objetivos específicos destacam-se:

- a) Conhecer, discutir e refletir a concepção do programa BNB/PNUD, sua proposta metodológica e a importância da capacitação como base de todo o trabalho;
- b) Compreender o papel do programa no apoio a mobilização e gestão autônoma das organizações;
- c) Entender o PIDSM como etapa fundamental na definição do caráter das organizações associativas do município, além de mostrar a lógica empresarial nestas organizações estabelecendo diferenças entre empresas tradicionais e empresas associativas;

- d) Discutir a importância do planejamento para o desenvolvimento do município e a viabilidade da gestão autônoma das organizações;
- f) Entender o processo participativo com exercício prático da cidadania;
- g) Compreender plano Estratégico de Desenvolvimento construído de forma participativa;
- h) Discutir o roteiro das atividades de capacitação no processo de construção do plano e dos projetos de viabilidade econômica.

Esse seminário durou cinco dias. Nesse tempo os coordenadores do projeto BNB/PNUD expuseram os pontos colocados anteriormente. O evento contou com a participação de 50 pessoas representando diferentes segmentos da sociedade civil e vários órgãos governamentais.

Foi deliberado no seminário a criação da equipe técnica e o Conselho de Desenvolvimento Municipal.

3. Criação da Equipe Técnica

A equipe técnica era composta, por técnicos do BNB/PNUD e técnicos que já atuavam na Serra do Mel. O papel dessa equipe compreendia organizar todas as atividades capazes de viabilizar a concretização do PIDSM e organizar a reestruturação das associações dos produtores, além de capacitar os comitês.

4. Criação dos Comitês de Vilas

Em cada vila foi formado um comitê. Nos comitês de vilas foram escolhidos dez representantes para atuarem junto à associação de produtores para participarem das discussões em torno das ações propostas pelo PIDSM. O critério estabelecido para a escolha dessas pessoas foi: jovens com certo conhecimento; participantes do Seminário Teórico Metodológico; catequistas; professores; dirigentes de

associações e participantes do seminário de Formação Política realizado pela AACC. Cabia a cada comitê:

- Convidar as pessoas para as reuniões;
- Repassar informações do que foi discutido nos encontros;
- Mostrar a importância da criação do plano;
- Fazer com que a comunidade acreditasse no trabalho;
- Levar a comunidade a objetivos comuns e trocar idéias;
- Participar na execução e construção do plano;
- Fazer com que entendam o PIDSM;
- Organizar a comunidade;
- Representar a comunidade.

5. Criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM²⁰)

O CDM foi criado, com objetivo de reunir representantes da Esfera pública com os representantes da Esfera privada, dando assim o que se chamou de Esfera de Solidariedade (união das duas esferas). Compreendia a esfera pública representantes da Prefeitura, do FNS, da Câmara Municipal, do INATERN. Quanto a esfera privada compreendia os representantes da AACC, das organizações associativas e dos comitês de vilas. No total o conselho foi composto por 43 membros.

O CDM representava o órgão máximo de decisão sobre o PIDSM. Era papel do conselho:

- Coordenar e acompanhar as ações do PIDSM, garantindo que o mesmo seja executado conforme o planejamento;
- Motivar a comunidade a colaborar com o plano;
- Assumir a responsabilidade do plano;
- Administrar e organizar as equipes locais;
- Responsabilizar-se pelo êxito de todos os planos elaborados;
- Tomar decisões na hora de executar o plano, de acordo com os interesses dos colonos;

²⁰ Conselho de Desenvolvimento Municipal

- Planejar as próprias atividades do conselho;
- Organizar uma equipe para os trabalhos do conselho e criar espaço físico para o desenvolvimento das suas atividades;
- Repassar para a comunidade, as decisões tomadas nas reuniões;
- Ter consciência da importância do trabalho;
- Trazer idéias e mostrar soluções;
- Planejar e assegurar uma vida melhor para todos;
- Defender as comunidades de forma igual.

Após a conclusão desses passos, viu-se a possibilidade de iniciar as primeiras etapas da proposta metodológica. A proposta foi concebida em cinco grandes etapas, articuladas entre si:

1º. ETAPA : Plano Referencial

Nesta etapa se fez um levantamento das vontades, desejos, sonhos e aspirações do colono para Serra do Mel. Para isso aplicou-se uma cartilha, baseada em questionamentos já expostos em reuniões anteriores. A cartilha foi elaborada de forma a provocar o colono a dizer tudo o que pensa a respeito da Serra do Mel, enfocando suas potencialidades e ameaças, o que existe no município e precisa melhorar e o que se deseja tanto para a Serra do Mel quanto sua Vila. (ver Anexo 1).

Em cada vila se fez esse trabalho, pelo seu respectivo comitê. Depois da aplicação das cartilhas as respostas foram sistematizadas por ordem de prioridades colocadas pelos produtores. (ver Anexo 2).

Após a conclusão da coleta de dados nas 23 vilas, a equipe avaliou qual as reivindicações dos colonos para as comunidades se repetiam em mais de 80%. Imagina-se que seja porque as pessoas vivem basicamente das mesmas atividades, tem quase a mesma cultura e são constantemente chamados a discutir os problemas da Serra do Mel em Seminários, Programas de rádio, administração municipal, reuniões pastorais, etc.

Coube então a equipe técnica, após a sistematização dos dados, voltar aos comitês de vila para que os próprios colonos e familiares respondessem a novas interrogações formuladas de acordo com as primeiras respostas do Plano Referencial.

Nesta segunda etapa os produtores responderam : O QUE? - PRA QUE? - POR QUE? - ONDE? - QUEM? - QUANTO? - COMO? - COM QUE MEIOS? - QUANDO? - COM QUE RESULTADOS? - Para cada item colocado a seguir:

- a) Produção - agrícola, pecuária, agro-industrial, artesanal e serviços.
- b) Comercialização - o que se compra, o que se vende, mercado interno e externo
- c) Desenvolvimento Social - saneamento de água, educação, saúde, estradas, comunicação, iluminação, segurança, cultura, lazer, etc..
- d) Gestão - da propriedade familiar, dos bens comunitários, das instituições públicas, do plano integrado;
- e) Capacitação - técnica, política e ética dos produtores, jovens e mulheres, dos técnicos e dirigentes políticos, administrativos, sindicatos, comunitários e cooperativas.

Esse trabalho foi desenvolvido nas vinte e três (23) vilas. No total participam 291 lideranças, 10 técnicos e algumas pessoas interessadas. Concluídos esses trabalhos iniciou-se os estudos básicos.

2º ETAPA : Estudos Básicos

Após a concepção preliminar do projeto (o plano referencial), encaminhou-se o levantamento dessa etapa.

Os estudos básicos constitui a base para se justificar a viabilidade das informações vindas dos próprios produtores. Para se fazer essa avaliação foi organizado todas as informações pertinentes a Serra do Mel, como subsídios, pesquisas, informações dos produtores, etc. Depois sistematizou-se as informações e se fez um

diagnóstico participativo, através de informações coletadas nas vilas (Comitês). Os estudos básicos foram sistematizados da seguinte forma :

- Posição do Município no espaço geo-econômico estadual e regional;
- Recursos naturais - levantamento da produção agrícola, do tipo de solo, pluviométrico e mapas, de aptidão agrícola;
- Aspectos Econômicos - levantamento de empregos, renda, produção, investimento (Numa abordagem geral e setorial);
- Aspectos sociais - levantamento dos recursos humanos, da frequência e consumo de alimentação por família, da infra-estrutura de saúde, da situação das escolas (número de alunos matriculados, residentes e desistentes);
- Aspecto físico-territorial - levantamento do espaço rural e urbano (nº de estabelecimento e equipamentos).

Essas foram as principais informações que a equipe técnica realizou. A partir daí se fez um diagnóstico da realidade da Serra do Mel, enfocando suas potencialidades (pontos fortes) e os pontos de estrangulamento (pontos fracos, carência, dificuldade e problemas).

3º ETAPA : Modelo de intervenção

Com a consolidação dos estudos básicos (diagnostico participativo) a equipe contava com conhecimento mais aprofundado e organizado dos cinco setores - produção, comercialização, desenvolvimento social, gestão e capacitação, para assim poder iniciar essa etapa.

Nesta fase se fez uma reflexão entre o estado atual e o estado desejado da Serra do Mel procurando alternativas para superar o primeiro e obter o segundo. Procurou-se definir os melhores caminhos para se conseguir o estado desejado, ou seja, os objetivos, as diretrizes, as estratégias e as linhas de ação.

A primeira atividade realizada nesta fase foi um Seminário Teórico Metodológico definindo o modelo de intervenção e quais são seus componentes. Os

participantes foram os mesmos que já vinham participando das demais atividades (os mesmos do seminário teórico - metodológico) e alguns representantes da UFRN²¹ e do BNB. A equipe do BNB/PNUD fez uma explanação dos objetivos do modelo de intervenção.

- Garantir lucratividade
- Produzir excedentes para comercialização
- Melhorar a alimentação
- Assegurar a produção e vender a preço de mercado
- Criar condições para se conviver com a seca
- Fazer bons negócios
- Ter condições de comprar o que não produz
- Ter melhor educação e saúde
- Ter mais cultura e lazer
- Agregar mais valor aos produtos agrícolas

Depois do seminário realizou-se uma oficina de modelo de intervenção, com o mesmo grupo, para se formular e aprovar o modelo de intervenção. Definiu-se o seguinte modelo de intervenção:

1. Objetivos:

Geral e específicos do plano

2. Diretrizes - Internas - o próprio plano

Estatuto do CDM

Estatutos das organizações

- Externas - Normas do FNE, FUMAC, etc.

3. Estratégias

Conjunto de ações principais e secundárias, destinadas a alcançar os objetivos.

4. Políticas

As linhas de ações (programas sub-programas e projetos)

²¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

- Apoio à produção
 - Apoio à comercialização
 - Fortalecimento da infra-estrutura
 - Capacitação de recurso humanos
- Metas - curto prazo
- médio prazo
- longo prazo

4 ° ETAPA: Ações Programadas

Após ser definido o modelo de intervenção (objetivos, diretrizes, estratégias e linhas de ações) chegou à vez da elaboração dos projetos de viabilidade para cada setor.

O desenvolvimento dessa fase deu-se da mesma forma da anterior, ou seja, primeiro realizou-se um seminário mostrando que a concepção das propostas, partiu de informações, colocadas pelos próprios produtores (no plano referencial) portanto cada projeto no seu bojo reflete o pensamento dos mesmos, mesmo que a formulação escrita seja da equipe técnica.

Coube então a equipe técnica elaborar os projetos e depois, apresentar o material aos produtores, para ser rediscutidos se as propostas estavam realmente contemplando seus anseios e necessidades. A grande preocupação da equipe era elaborar um projeto de forma integrada entre: geração de renda; melhoria da qualidade de vida; acesso a serviços sociais básicos; infra-estrutura e fortalecimento da cidadania. Por isso definiu-se que o plano deveria concentrar três grande objetivos:

1. Aumentar o nível de renda da população da Serra e fazer com que a renda seja apropriada.
2. Melhorar a qualidade de vida (saúde, habitação, educação, cultura, lazer, etc).
3. Fortalecer a cidadania, dando força a sociedade civil organizada

Cada projeto deveria garantir a integração vinculando todos os projetos de produção ao objetivo 1; os projetos de desenvolvimento social, ao objetivo 2 e os projetos de capacitação e fortalecimento da organização ao objetivo 3.

Foi definido também que cada projeto deveria estabelecer prazos de 10 a 12 anos de modo a estimar, os impactos sobre cada setor e quantificação dos cenários desejados para garantir a capacidade de convencimento do plano junto aos agentes financeiros e entidades que poderiam vir a ser parceiras.

As ações programadas foram as seguintes:

1. Programa de apoio à produção - é a base de desenvolvimento econômico do município.

- Unidade de produção familiar - UPF (lotes e quintais)
 - Diversificação de culturas;
 - Rotação de culturas;
 - Racionalização da mão-de-obra;
 - Manejo sustentado de mata;
 - Integração das atividades agrossilvopastoris;
 - Agregação de valor antes de sair da UPF.
- Outros setores produtivos
 - Máxima agregação de valor;
 - Diversificação das alternativas econômicas e de emprego.

Sub-programas de produção.

- produção agrícola
- produção pecuária
- produção industrial
- geração e difusão de tecnologia
- produção artesanal e semi-industrial
- prestação de serviço

2. Programa de apoio a comercialização - estrutura coletiva (associações) centralizado as unidades de vilas para fortalecer o poder de barganha para comprar e vender melhor garantido excedentes e gerando empregos.

Sub-programas

- abastecimento;
- comercialização da produção agrícola;
- comercialização dos produtos industriais;
- comercialização dos produtos semi-industrializados e artesanais

3. Programas de apoio a infra-estrutura e serviços básicos - equipamentos públicos e comunitários de infra-estrutura, ao mesmo tempo em que serve de base também para os serviços básicos de acesso a cidadania.

Sub-programas

- transportes;
- comunicação e telefonia;
- abastecimento de água;
- eletrificação;
- cultura e lazer;
- educação;
- saúde;
- urbanização.

4. Programa de apoio a capacitação de recursos humanos - formação técnica, política e ética calcada nos saberes populares, técnico e científico com vistas a formação do homem participativo competente e solidário.

Sub-programas

- capacitação de produtores
- capacitação de dirigentes
- capacitação para o desenvolvimento institucional e público.

5. Programa de apoio à gestão das organizações e acompanhamento do PIDSSM - gestão democrática e eficiência administrativa.

Sub-programas

- desenvolvimento do modelo gerencial da UPF;
- apoio a gestão das organizações econômicas;
- incentivo ao bom gerenciamento dos recursos naturais;
- capacitação dos gerentes públicos;
- aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e fiscalização da gestão pública.

De acordo com a metodologia do Programa BNB/PNUD após a última etapa (ações programadas) se faz uma avaliação junto à comunidade objetivando a aprovação da versão final dos projetos. Porém antes de expormos a avaliação pretendemos abrir um parêntese para colocarmos algumas atividades desenvolvidas paralelas as etapas do PIDSSM. Era pretensão dessas atividades eliminar alguns empecilhos, constatados pela equipe do BNB/PNUD, ao desenvolvimento integrado município. As atividades paralelas foram as seguintes (Não necessariamente na ordem colocada).

Atividade Paralela 1 - Resolução de pendências jurídico institucionais.

O objetivo dessa atividade era resolver alguns problemas jurídicos, pessoais e organizacionais que impossibilitariam a implementação do plano integrado na Serra do Mel. Por exemplo:

- a) Dívidas de alguns colonos com o Banco do Brasil;
- b) Dívidas das associações com o BDRN e BNB;
- c) Famílias sem documentos da terra;
- d) Estatutos inadequados

Quando o projeto BNB/PNUD constatou a existência desses problemas na Serra do Mel, reuniu a equipe técnica as associações, as famílias, a prefeitura, a

cooperativa, a câmara e a AACC, para saber qual o procedimento a se tomar para superar tais pendências.

Com relação aos pontos a e b colocados anteriormente foi realizado um levantamento individual para saber a situação de cada um. Depois realizou-se uma reunião com o BB e BNB para negociar as dívidas dos colonos e das associações da Serra do Mel. Ficou certo nessa reunião que a gerência iria estudar os problemas e procurar uma alternativa, analisando o contexto geral da situação. Diante da proposta apresentada pelo BB, ficou decidido que os colonos quitariam a dívida de uma só vez.

Outro problema também grave foi a questão da titularidade dos lotes, pois tinha cerca de 400 colonos que não receberam seus títulos de posse, ou compraram lotes de colonos originais e os documentos ainda continuavam nos nomes dos antigos donos. A preocupação da equipe BNB/PNUD era que essas pessoas não pudessem entrar no programa do FNE pela falta de seus títulos. Diante disso a prefeitura se comprometeu em procurar resolver essa questão.

Ficou então decidido que as associações tinham que resolver até janeiro/95 pelo menos quatro problemas:

1. A reforma dos estatutos para se adaptar às novas funções que demandarão da nova realidade criada com o advento do significativo aporte de recursos e instalação de um novo padrão de produção, beneficiamento e comercialização;
2. Garantir representatividade e capacitação às suas diretorias, bem com a questão da democracia interna;
3. Organizar seus quadros sociais de forma que a base faça parte do processo;
4. Negociar as dívidas com o BDRN e outros agentes financeiros.

Os colonos, por sua vez também deveriam superar suas pendências absolutamente incompatíveis com os critérios do FNE/BNB, pois cerca de quinhentos colonos poderiam ficar sem os benefícios do FNE, caso não resolverem suas pendências.

Uma decisão difícil foi quanto a escolha entre as duas cooperativas existentes, COOPERMEL ou COOPERCAJU, pois apenas uma poderia receber o repasse de crédito, e ambas apresentavam problemas. A COOPERMEL por ser muito fechada, sem qualquer discussão com seus sócios e com restante da comunidade sobre os destinos do plano e a possibilidade de ter uma gestão democrática e eficiente. A COOPERCAJU por sua vez apresentava um quadro muito reduzido e com sérias limitações estatutárias.

Contudo, viu-se que a COOPERCAJU teria capacidade de superar suas pendências e debilidades que a COOPERMEL. Assim decidiu-se pela COOPERCAJU para o repasse de recursos.

Atividade Paralela 2 - Reestruturar e capacitar as organizações associativas.

Como previa a concepção metodológica do BNB/PNUD o plano não seria elaborado apenas para buscar investimentos, apesar de este ser um dos aspectos de grande importância, mas também para reestruturar e capacitar as associações e seus associado para construir a história do município, modificando as relações político-administrativas, os padrões técnicos, a relação com a natureza, os indicadores econômicos e sociais e o nível cultural.

Com vista a formar uma base para se obter a situação desejada anteriormente, a equipe do BNB/PNUD desenvolveu uma série de ações em dois momentos:

No primeiro foi realizado a reestruturação das 22 (vinte e duas) associações comunitárias da COOPERCAJU e da AJSM. Essa atividade foi desenvolvida em três módulos fundamentais:

I Módulo - APLICAÇÃO DO MRP (Metodologia de Resolução de problemas): Nesta fase procurou-se identificar os problemas vivenciados pelas associações, registrando a interpretação dos fatos segundo a comunidade. Para isso utilizou-se o seguinte procedimento:

- 1º Levantamento junto aos associados dos problemas enfrentados pela instituição.

- 2º Priorização dos principais problemas que deveriam ser resolvidos inicialmente.
- 3º Identificação das causas dos problemas e quais suas conseqüências para a associação e para o desenvolvimento do município.
- 4º Identificou-se a situação que se desejava para associação enfocando os entraves e o que poderia ser usado para alcançar a situação desejada.
- 5º No final se fez uma análise da realidade vivenciada, e as possíveis soluções.

II Módulo - SEMINÁRIO DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO : Em cada associação realizou-se este seminário, com o objetivo de fundamentar os sócios e dirigentes quanto seus papeis no processo de desenvolvimento social, econômico e político na Serra do Mel. Além de permitir aos participantes aprofundar seus conhecimentos; conhecer o universo de trabalho que estava sendo encaminhado; conhecer as diferentes formas de organização e o que as diferenciam; compreender o que uma unidade econômica; discutir o conceito de gestão e seus elementos (planejamento, direção, controle e organização) e que tivessem uma visão de planejamento e projeto.

No final do Seminário se fez uma avaliação dos pontos positivos e negativos da metodologia utilizada, objetivando saber se o evento foi proveitoso para os participantes.

III Módulos - OFICINA DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO - Essa atividade também foi realizada nas associações comunitárias, no COOPERCAJU e na AJSM. Seus objetivos eram os mesmos do seminário de gestão e organização. Contudo aqui se fez grupos de trabalho para que os participantes identificassem:

- a) A missão da organização;
- b) A finalidade da organização;
- c) As linhas de ação;
- d) O cronograma de atividades, a serem realizados.

No final avaliou-se o evento a fim de saber se o conteúdo foi assimilado e se a dinâmica utilizada resgatou na organização o espírito coletivo e disposição dos produtores para o processo de desenvolvimento do município.

Gostaríamos agora de lembrar que esta etapa de reestruturação e capacitação foi desenvolvida em dois momentos: o primeiro acabamos de citar. Quanto ao segundo, capacitação das organizações, descreveremos a seguir.

O processo de capacitação dos sócios e dirigentes das associações começou a partir do momento que os produtores engajaram-se na construção do plano de desenvolvimento do município. A proposta do BNB/PNUD era manter um processo permanente de capacitação dos recursos humanos, do ponto de vista cultural, técnico-científico, político, ético e ambiental, de modo a preparar a comunidade para construir seu desenvolvimento sustentado.

Com este propósito realizou-se um grande convênio entre FURRN²² e PMSM²³ que tinha como título EDUCANDO PARA A CIDADANIA. Um programa a ser realizado nos finais de semana com uma equipe multidisciplinar de estagiários. Neste convênio a prefeitura se responsabilizava pelo transporte; a universidade colocava a disposição estagiários e coordenadores, a AACCC o material didático necessário e a comunidade a hospedagem e alimentação. Foi definido que a FURRN poderia contribuir para o desenvolvimento do município nos seguintes aspectos:

Na Educação - colaborando com a capacitação de professores; enviando estagiários para salas de aula, discutindo uma proposta pedagógica.

Na Saúde - com estagiários de Enfermagem.

Cultura e Lazer - cursos de música através do conservatório de música, cursos e treinamento na área esportiva através da faculdade de Educação Física;

Organização - orientações sobre contabilidade e administração através das Faculdades de Ciências Contábeis, Administração e Economia, para as associações produtivas;

Ação social - através das Faculdades de Serviço Social e Direito;

Meio Ambiente - através do CEMAD²⁴

²² Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte

²³ Prefeitura Municipal da Serra do Mel

²⁴ Centro de Estudos e Pesquisas do Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional do Semi-Árido

Esse projeto começou na vila Piauí como experiência piloto. Espera-se que este projeto dê certo, para que assim se estenda para as outras vilas.

Foi realizado também com o objetivo de capacitar os comitês de vilas e dirigentes de associações várias outras atividades como:

- um treinamento sobre a classificação e embalagem de castanha
- um treinamento sobre inseminação artificial
- um treinamento sobre irrigação localizada
- um treinamento sobre agricultura orgânica
- um treinamento sobre plantas medicinais
- um seminário sobre formação política
- um seminário sobre ética.

Atividade Paralela 3 - Plano de ação institucional

Nesta fase processou-se a elaboração dos planos de ação no âmbito institucional. Para isso, coube aos técnicos realizar uma série de atividades com os setores responsáveis pela educação, saúde, produção e outros. Destas daremos ênfase as seguintes: orçamento participativo e articulação institucional e oficinas setoriais (produção, educação, saúde, e água).

a) Orçamento participativo

Neste sentido foi realizado uma reunião entre a equipe técnica e o contador da prefeitura objetivando um orçamento participativo com a comunidade. Definiu-se nesta que o orçamento contemplaria as propostas oriundas das vilas.

Com base nas decisões tomadas, coube a equipe técnica realizar em cada vila uma reunião para discutir a pauta de reivindicações das mesmas. Nestas reuniões também foi discutido a constitucionalidade das despesas sugeridas, as prioridades levantadas e o corte das despesas ilegais ou superiores à capacidade de investimento.

b) Fórum de articulação institucional

Com a preocupação de tornar o plano de desenvolvimento realmente integrado viu-se a necessidade de formar um FÓRUM DE INTEGRAÇÃO entre as instituições atuantes na Serra do Mel e a equipe técnica. Nesse fórum discutia-se as atividades concluídas do PIDSM e as que seriam encaminhadas, bem como o planejamento a curto prazo de cada instituição com vista a integrá-las a construção do plano.

Constituíu o grupo : o prefeito da Serra do Mel, representantes da AACC, Secretaria da Saúde, Secretária de Ação Social, Secretária de Desenvolvimento Rural, Secretária de Educação, Assessoria de Planejamento, Câmara Municipal, Coord. Secret. Desenvolvimento Urbano, Diretoria da E.E.P.J.A.²⁵, Coord. Merenda Escolar, Hospital, Escola Agrícola, Grupo de Estudos, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Fundação Nacional de Saúde (FNS) e a equipe BNB/PNUD.

c) Oficinas setoriais

Na primeira etapa do PIDSM, plano referencial, os produtores definiram uma série de problemas a serem solucionados, os considerados prioritários relacionavam-se as áreas de produção, educação, saúde e abastecimento de água.

Fez-se então com cada instituição responsável pelo setores citados anteriormente várias oficinas onde era discutido o problema e o que seria feito para resolvê-lo. Para isso procederam da seguinte forma:

1. Levantamento dos problemas
2. Aprofundamento dos problemas com as possíveis soluções
3. Proposta de solução

Participavam dessa oficinas: representantes da INATERN e Secretária do Desenvolvimento Rural (produção); da E.E.P.J.A. e da Escola Agrícola (educação); Secretária de saúde e FNS (saúde); da Secretária Desenvolvimento Urbano (abastecimento de água).

²⁵ Escola Estadual Padre José de Anchieta

Atividade Paralela 4 - Elaboração dos projetos de viabilidade econômica (PVE).

Tendo em vista as limitações de tempo colocadas pela equipe do BNB/PNUD, esta atividade foi vivenciada em apenas três vilas.

A esse respeito, vale destacar que as vilas contempladas com os projetos de viabilidade forma selecionadas em assembléia pelo conselho de desenvolvimento do município.

Para seleção das vilas, adotou-se os seguintes critérios:

ASSOCIAÇÕES

1. Associações mais organizadas (no mínimo de 50% mais 1 de associados);
2. Atas organizadas;
3. Contabilidade em dia;
4. Documentação (CGC, conta em banco);
5. Sem pendências em bancos ou que esteja resolvendo;
6. Que a direção esteja representado no PIDSM/CDM;
7. Direção democrática;
8. Direção responsável;
9. Prioridade de já ter iniciado o processo de reestruturação.

SÓCIOS

1. Frequentar as reuniões
2. Serem solidários
3. Pagar mensalidades
4. Morar na vila ou na Serra do Mel
5. Acreditar no PIDSM
6. Dar idéias
7. Fiscalizar a diretoria
8. Cooperar com as tarefas comunitárias

9. Que cumpra o seu papel como sócio da associação

Com base nas decisões tomadas, coube à equipe encaminhar uma votação direta e secreta entre os participantes. As três primeiras vilas mais votadas foram respectivamente : Pará, Piauí e Amazonas.

No início dos trabalhos para ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE VIABILIDADE ECONÔMICA das vilas anteriormente citada, a equipe procedeu um curso, com o objetivo de prepará-las para as atividades que seriam desenvolvidas em cada uma.

Nos primeiros dias do curso, os coordenadores do projeto BNB/PNUD explanaram em linhas gerais a concepção do PIDSM e a importância dos projetos de viabilidade econômica, enquanto instrumentos de captação de recursos e capacitação das organizações associativas.

Além disso, foi colocado que os projetos de viabilidade econômica tratam de atender ao grande desafio de provar a viabilidade sócio-econômica, auto-gestionária e auto-sustentada da produção. Mostrou-se também a viabilidade dos projetos comunitários e das unidades de produção familiar, como empresas agropecuárias capazes de obter os excedentes produtivos que compensem os custos de exploração, bem como experimentar os processos administrativos, coerentes com a concepção de empresas comunitária gerada pelos próprios produtores.

O curso durou dois meses. Nesse período foi realizado as quatro etapas que constam os projetos de viabilidade econômica:

- a) O projeto conceitual - Nesse momento os produtores definiram o que esperam conseguir no futuro, as aspirações, o modo de organizar a produção, o trabalho, que consideram mais adequados;²⁶
- b) Estudo Básico - Realizou-se um levantamento das bases que irão justificar a viabilidade das propostas técnicas
- c) Proposta técnica - Com base no projeto conceitual e com base nas informações dos estudo básicos de cada uma das três vilas selecionadas (Piauí, Pará e Amazonas) uma equipe constituída por

²⁶ Essa etapa foi desenvolvida da mesma forma que a primeira e segunda etapa do projeto global.

cinco agrônomos recém formado na ESAM²⁷, técnicos do INATERN e da PMSM formularam as propostas técnicas para a parte produtiva definida no modelo de intervenção do PIDSM.

É necessário destacar que a proposta técnica consistiu em analisar a realidade e propor alternativas que dessem respostas a situação diagnosticada. Por isso foi imprescindível considerar os seguintes aspectos na sua elaboração. Dentre elas estão:

- As propostas deveriam ter como fundamento básico a viabilidade econômica e financeira das associações comunitárias, ou seja, o modelo de produção proposto deveria gerar excedentes financeiros e acumular reservas para sobreviverem e conquistarem espaço na economia regional.
- As indicações de alternativas de exploração agropecuária, agro-industrial, industrial e artesanal dentre outros, deveriam estar embasados nas potencialidades da área em estudo, nos riscos climáticos, na disponibilidade de tecnologia, nas condições de infraestrutura e beneficiamento;
- A proposta técnica deveria prever um conjunto de atividades que permitisse vislumbrar, como se dará a evolução do projeto;
- A proposta técnica deveria contemplar esquemas de organização da produção, do uso de mão-de-obra nas diversas atividades, enfatizando qual o modelo de produção coletiva e individual.
- Diante disso coube aos técnicos formular a proposta técnica em cima dos aspectos descritos acima.

d) Avaliação do empreendimento

Definido a proposta técnica, a equipe do BNB/PNUD, procedeu a avaliação para saber se as propostas formuladas eram convenientes

²⁷ Escola Superior de Agricultura de Mossoró

para os produtores e para o município, do ponto de vista econômico e financeiro. Nesse momento avaliou-se a rentabilidade do empreendimento, ou seja, avaliou-se se as propostas ofereciam maior benefício com menor custo²⁸

A avaliação dos projetos não limitou-se a sua viabilidade financeira, econômica e social, mas também a sua viabilidade ambiental e técnica.

Assim, coube a equipe técnica na avaliação dos projetos, analisar a interferência das ações programadas no meio ambiente, e destacar os mecanismos tecnológicos para racionalizar e melhorar os resultados.

Atividade Paralela 5 - Plano de Investimento e Financiamento

Elaborada a versão preliminar do PIDSM, a equipe do BNB/PNUD, viu a necessidade de se construir os planos de Investimentos e Financiamento.

Esse plano consolidou as inversões previstas nos cinco planos setoriais (produção, comercialização, desenvolvimento social, organização e gestão das organizações e da capacitação dos recursos humanos). Previu-se também as fontes de recursos para sua implementação.

Nesta oportunidade definiu-se sua composição:

- Planos de investimentos
- Planos de Financiamento
- Quadro e Usos de Fontes

Cronogramas de aplicação de recursos

Finalmente, devemos frizar que concluída a etapa anteriormente citada chegou-se ao final dos trabalhos de proposição, ou seja, conclui-se o processo de construção do Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Serra do Mel.

Em decorrência dos trabalhos realizados ao longo de um ano, resulta a versão final do plano. A partir daí, passou a ser chamado de PLANO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA SERRA DO MEL (PIDSSM).

²⁸ A equipe utilizou uma série de indicadores para avaliar se os projetos eram viáveis ou não.

3.3 . Diagnóstico Participativo da Serra do Mel : Problemas e Potencialidades

Como parte do amplo processo efetuado na Serra do Mel, o qual descrevemos anteriormente, registrou-se que o Desenvolvimento Integrado e Sustentável almejado é uma possibilidade condicionada pela circunstâncias concretas do Município, seus problemas, potencialidades e ameaças. Por isso, a compreensão aprofundada de suas condições e perspectivas futuras constituem a base para a definição da estratégia de desenvolvimento do mesmo.

A partir dos relatórios do processo de construção do PIDSSM, podemos apontar que os principais problemas existentes referem-se a insustentabilidade econômica da grande maioria das famílias que vivem ali, pois o atual quadro econômico não se constitui como garantia para a sobrevivência da população em condições dignas. Essa insustentabilidade está enraizada, entre outras. No atual modelo de produção agropecuária, centrada na cultura do cajueiro e com um padrão tecnológico empobrecedor do solo, que não gera bom nível de renda, não oferece resistência a seca e promove constantes diminuições nos índices de produtividade. A exploração do potencial dos lotes é limitada tanto pela falta de água, quanto de recursos para sua implementação; havendo uma pequena agregação ao valor dos produtos agropecuários, a não ser para uma pequena quantidade de colonos que vêm beneficiando artesanalmente a castanha de caju.

As condições de infra-estrutura que foram ali implantadas, por sua vez, apresentam problemas importantes associados à oferta de serviços básicos dado pela sua distribuição espacial bastante disperso. As principais área afetadas são:

- Serviços de saúde, educação, lazer e outros;
- Distribuição de água em todas as vilas;
- Expansão do centro urbano que impede o desenvolvimento dos setores secundários e terciários;
- Acesso a serviços de telecomunicação;
- Pavimentação de estradas.

Além disso, constata-se que nas organizações associativas, que terão um papel importantíssimo para as atividades que se pretende desenvolver na Serra do Mel, persistem alguns problemas que precisam ser solucionados, como por exemplo : a incapacidade para manter seus sócios mobilizados e ativos, a efetiva participação das mulheres e jovens, dependência das organizações do ponto de vista econômico e métodos gerenciais rudimentares e inadequados.

Acrescenta-se, ainda, a esse quadro a predominância de práticas assistencialistas e paternalistas no plano municipal, de forma a comprometer o exercício da democracia, fator imprescindível ao desenvolvimento sustentável, o qual o município almeja. Por isso, terão que ser combatidas estas práticas e as posturas submissas que lhes correspondem. Propõe-se então, a criação de instâncias que permitam a participação da sociedade civil, na perspectiva de garantir os reais interesses da grande maioria da população.

Parte destes estrangulamentos podem, com algum esforço, serem revertidos, desbloqueando assim o caminho para a consolidação do PIDSM, desde que exista para isso um real interesse do público nesse sentido.

Com base nestes estrangulamentos, abriu-se precedentes durante o processo de construção do PIDSSM para se delinear novas alternativas que viessem a solucioná-los, das quais destacou-se as seguintes:

- Um modelo sistematizado de exploração agropecuária para resolver o problema econômico, sendo que este pudesse atender as reais necessidades econômicas financeiras e a recuperação dos solos;
- Urbanização do centro do município (Vila Brasília) que possibilite o desenvolvimento dos setores secundários e terciários através da exploração do potencial local;
- Melhoria do ensino tradicional e implementação dos sistemas de tele-educação já iniciado no município;
- Melhorar e implementar os postos de saúde;
- Construir estruturas acessíveis e destinadas ao lazer (como praças, clubes, piscinas, etc);
- Ampliar os serviços de abastecimentos de água;

- Implantar postos telefônicos nas vilas que ainda não dispõem;
- Asfaltar estradas que ligam Serra do Mel as cidades circunvizinhas;
- Promover a reestruturação capacitação e assessoramento técnico gerencial dos dirigentes e funcionários das organizações, de modo que possam exercer o papel que lhes cabe satisfatoriamente;
- Fortalecer os comitês de vilas e o CDM, como instância de participação da sociedade no desenvolvimento do município e reestruturar e capacitar a esfera pública do município no sentido de prepará-las para o exercício da democracia.

Embora a complexidade dos problemas atinja tais dimensões, já apontados anteriormente, o município tem base em algumas potencialidades significativas que permitem alavancar seu desenvolvimento. Especialmente, nas condições geradas pelo desenvolvimento sustentável. Podem ser destacadas algumas das grandes potencialidades da Serra do Mel:

- Um nível de participação e organização relativamente bom da sociedade civil;
- Sensibilização da prefeitura municipal a proposta de um desenvolvimento sustentável e a ações de reestruturação e capacitação ;
- Disponibilidade de uma equipe multidisciplinar capacitada para assessorar diferentes aspectos, inclusive quanto a agricultura sustentável;
- Atuação de entidades não-governamentais, que trabalham com o objetivo de capacitar organizações associativas buscando seu desenvolvimento auto-sustentado e auto-gestionária;
- Número razoável de famílias com certa estabilidade econômica, proveniente do beneficiamento de castanha, necessitando expandir para as demais famílias;
- Recursos humanos qualificados para realizar atividades do processo produtivo e demais setores;
- Experiência com tele-educação caminhando satisfatoriamente;

- Construção de um poço com boa capacidade, resolvendo o problema de água de algumas famílias; e
- Compromisso das associações de viabilizar atividades e equipamentos destinados ao lazer

Por outro lado, apesar das potencialidades apresentadas, durante o processo de construção do PIDSSM, constatou-se a existência de algumas ações que podem criar futuramente diferentes ameaças ao seu desenvolvimento, tais como:

- Perpetuação de ações clientelistas e de atitudes egoístas por parte de alguns colonos que não trabalham de forma associativa;
- Desinteresse dos futuros governos municipais quanto a proposta de um desenvolvimento sustentável e integrado para a Serra do Mel;
- Falta de recursos para os investimentos necessários a implantação dos projetos de PIDSSM;
- Desinteresse de técnicos quanto a um trabalho baseado nos padrões sustentáveis.

Esta combinação complexa de problemas e potencialidades constitui o ponto de partida para a construção de PIDSSM. Com base nesse conjunto de restrições e oportunidades, e visando a construção de um novo cenário para a Serra do Mel, foi concebido uma série de estratégias e instrumentos, as quais abordaremos no item seguinte.

3.4. Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Serra do Mel (PIDSM)

A pretensão do PIDSSM é transformar a realidade atual, predominantemente insustentável, e se antepor a tendências futuras²⁹ de modo a buscar o futuro desejado. Futuro este concebido através de um amplo processo de consulta a sociedade local, com já foi visto o qual constitui a imagem-objeto do plano.

²⁹ As tendências futuras representam um estado projetado que fatalmente irá acontecer caso nada seja feito, ou seja, se não houver intervenção na realidade atual.

3.4.1. Objetivos

O PIDSSM tem como objetivo geral a elevação do padrão de vida da população da Serra do Mel, com crescimento econômico, progresso social, desenvolvimento tecnológico e convivência democrática, tendo como bases fundamentais, a produção, a qualidade, a capacitação, o planejamento permanente e a integração, o que significa atingir:

- Elevação no nível de renda das famílias a patamares que proporcionem um padrão de vida digno, independente das oscilações climáticas e conjunturais, observando-se regularidade e receita também nas diversas fases do ano;
- Diversificação das atividades agrícolas e não-agrícolas, estruturando um amplo leque de atividades econômicas capazes de gerar emprego e renda;
- Dotar o município de infra-estrutura básica e de serviços essenciais, públicos e privados, capazes de alavancar o desenvolvimento econômico e proporcionar o bem-estar social da população;
- Um processo permanente de capacitação dos recursos humanos, dos pontos de vista cultural, técnico-científico e político-ético, de modo a preparar a comunidade para construir o seu próprio processo histórico;
- Reestruturação da principal atividade agrícola (cultura do caju), racionalizando a participação do município em todas as fases : pesquisa, produção, beneficiamento e comercialização;
- Ampliação dos recursos hídricos;
- A consolidação do espaço da juventude serrana nos aspectos econômico, social, político e cultural;
- Participação do município nas diferentes faixas de mercado, de modo a garantir estabilidade econômica e capacidade de crescimento;

- Consolidação da estrutura associativista, incrementando a sua capacitação de ser instrumento de processo econômico e justiça social.

3.4.2. Diretrizes

Partindo-se do pressuposto que ações do PIDSSM deveriam ser inter-relacionadas e integradas, suas estratégias foram orientadas a partir das seguintes diretrizes:

- Respeitar os valores culturais e as potencialidades da comunidade, criando espaço para novas oportunidades de mercado;
- Respeitar as normas e regulamentos das entidades que serão parceiras da Serra do Mel no seu processo de desenvolvimento;
- Garantir um modelo de desenvolvimento: socialmente justo; economicamente viável, ecologicamente equilibrado e tecnicamente adequado;
- Respeitar, no processo de implementação do plano os mesmos princípios da sua construção: participação, cooperação e capacitação;
- Promover uma articulação e vinculação dos seus projetos às condições econômicas e políticas do contexto nacional, regional e estadual;
- Centralizar as estratégias em eixos prioritários, de modo a concentrar esforços na busca de soluções dos problemas sociais mais graves e no atendimento das necessidades básicas da população.

Com base nestas diretrizes, traçou-se o caminho mais seguro para o futuro desejado para Serra do Mel.

3.4.3. Estratégias

A concepção estratégica é um importante caminho para se obter o desenvolvimento sustentável. É preciso ter clareza dos objetivos para se trilhar rumos mais confiáveis e seguros para o presente e futuro, seja este na esfera nacional, regional estadual ou local.

Assim, para que exista de fato, o desenvolvimento que se pretende obter para Serra do Mel, sua concepção estratégica baseai-se em cinco grandes idéias-força, síntese da essência do PIDSSM. A consolidação desta implica sobretudo em:

- Aumentar e estabilizar a renda através da diversificação das atividades agropecuária e das atividades econômicas não-agrícolas (indústria, artesanato e serviços); do aumento da produtividade, melhoria do padrão de qualidade dos produtos, e maior agregação de valor à unidade de produção familiar;
- Substituição de importações de bens e serviço, através da capacitação da mão-de-obra jovem e do fomento às iniciativas associativas familiares;
- Integração das atividades agrossilvopastoris, racionalizando mão-de-obra e insumos, garantindo um processo produtivo de recuperação e equilíbrio da unidade produtiva;
- Disputa do grande mercado para a cultura do caju e derivados;
- Processo dirigido pelo conjunto das organizações da sociedade civil, de forma a garantir uma prática socialmente democrática e ética economicamente eficiente e distributiva.

Assim, todos estes pontos precederam a formulação das principais políticas do plano, capazes de realizar o desenvolvimento desejado tanto para Serra do Mel quanto para seus moradores.

3.4.4. Políticas : Programas e Projetos

Orientadas pela estratégias, anteriormente apresentadas, as políticas do PIDSSM parte de uma abordagem integradora dos diferentes setores, estruturando as ações de forma articulada e combinada de modo a alcançar os objetivos gerais e específicos do PIDSSM. Este deve promover um processo de reestruturação e reorganização de curto, médio e longo prazo, tomando-se como base os cinco setores: produção, comercialização, fortalecimento da infra-estrutura, capacitação e gestão. Desta forma, as ações não devem priorizar nenhuma das dimensões isoladamente, mas atender a todos os campos de interferência da realidade atual.

As políticas ou linhas de atuação, combinam ações e mecanismo, na busca da concretização dos objetivos setoriais. Estas devem ser, portanto, capazes de influenciar todas as prioridades, programas e projetos previstos no modelo de intervenção.

Assim, com base na estratégia concebida, delineou-se a concepção das principais políticas do PIDSSM, descritas a seguir:

- A política de apoio à produção que visa promover a viabilidade econômica do município, estará centrada na recuperação da capacidade produtiva das unidades econômicas familiares, na diversificação das atividades agropecuárias e no fomento à produção de bens e serviços não agrícolas, através da comercialização e do beneficiamento da produção; pautará suas ações a geração de emprego, renda e satisfação das necessidades da população contemplando tanto o aspecto econômico com o ecológico.

- A política de apoio à comercialização a ser adotada pelo município será o instrumento capaz de integrar a economia do município à economia do mercado externo e possibilitando a aquisição de bens e serviços demandados em bases satisfatórias, bem como viabilizar o escoamento da produção excedente de forma a carrear capital para o município e seus moradores. Terá como eixo ações entre a unidade produtiva familiar, a unidade econômica associativa da vila e a unidade econômica associativa central (COOPERCAJU);

- A política de apoio à infra-estrutura e serviços básicos buscará garantir os alicerces e alavancas de forma a viabilizar o sistema produtivo. Sua linha de atuação atuará no sentido de propiciar aos munícipes, enquanto produtor, condições satisfatórias para desenvolver seu trabalho;

- A política de apoio à capacitação de recursos humanos pretende preparar a comunidade para dirigir seu destino com a consciência de seu papel para processo de desenvolvimento desejado. Sua atuação gerenciará a capacitação durante a execução do plano, reunindo o saber popular, técnico e científico dos produtores, dirigentes das organizações econômicas e sociais e dos gerentes públicos.

- A política de apoio à gestão deverá abranger todos os campos de decisão e poder do município, desde as unidades de produção familiar, com caráter de micro-empresa, até as associações de vilas e a unidade central. Essa política também apoiará o gerenciamento das organizações públicas, visando garantir suas ações para os interesses da população e integrá-las as demais ações contidas no plano. Sua linha de ação será capacitar essas organizações para gerenciá-las de forma a respeitar os princípios de uma gestão democrática e ética e a eficiência administrativa.

Para a implementação das linhas de ação estabelecidas, propõe-se, para cada uma, uma série de programas, os quais desdobram-se em projetos.

Os programas e projetos do plano integrado de desenvolvimento sustentável da Serra do Mel, foram reunidos em quatro grupos:

- Programas e projetos relacionados com as condições prévias para a obtenção do PIDSSM (ver em anexo 3);
- Programas e projetos relacionados a geração de emprego e renda; (ver anexo 4);
- Programas e projetos relacionados a melhoria da qualidade de vida (ver anexo 5);
- Programas e projetos relacionado ao fortalecimento da cidadania (ver anexo 6).

3.4.5. Instrumentos

Para a implementação das linhas de ações estabelecidas pela estratégias do PIDSSM propõem-se uma série de instrumentos organizacionais/institucionais, de incentivo financeiro e creditícios e de alguns projetos prioritários.

Entre os instrumentos propostos, merecem ser destacados os seguintes:

- Investimento em infra-estrutura básica - financiamento à implantação, do sistema de abastecimento d'água e implantação, estruturação e capacitação do seu órgão municipal gestor; investimento na infra-estrutura de urbanização da vila Brasília, investimento na melhoria de estradas;
- Instrumento de apoio à produção - crédito para estruturar as unidades de produção agropecuária e para os custos de produção, crédito para apoio técnico, para atividades de apoio à produção; para reestruturação e capacitação das organizações associativas; para pequenos negócios não-agrícolas e para formação de mão-de-obra aperfeiçoada;
- Investimento para o desenvolvimento dos serviços sociais básicos - para melhorar a educação e saúde; custear os serviços sociais e suplementação alimentar;
- Investimento para o fortalecimento da cidadania - das associações e comitês de vila e do CDM; das instituições públicas.

3.4.6. Plano de financiamento

Há previsões de implementação das atividades para os próximos cinco anos. Por isso, o plano de financiamento está previsto para diversos prazos de implementação dentro do período proposto. Os principais mecanismos de recursos são:

- Sociedade civil (com a mão-de-obra, tarefas referente ao abastecimento d'água, etc)
- Entidades não-governamentais

- Prefeitura municipal da Serra do Mel;
- Governo Estadual e Federal;
- BNB/FNE;
- Fundo Municipal de Ação Comunitária

Diante disso, podemos perceber que a viabilidade do desenvolvimento sustentável da Serra do Mel dependerá de um lado, de seus próprios recursos, e de outro de fontes de financiamento de origem pública. (Ver Anexo 7 e 8 os planos de financiamento e cronogramas).

3.4.7. Gestão do plano

A gestão do desenvolvimento sustentável da Serra do Mel requer a presença ativas das instâncias públicas e da sociedade civil, administrado em negociação, execução e viabilização das diretrizes, prioridades e linhas de ação, definindo uma forma de gerenciamento das intervenções públicas e privadas e das articulações com município e com a sociedade civil organizada. É seu papel também articular as esferas pública e privada, seus órgãos e entidades a realizar suas atividades dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável.

As suas ações desenvolver-se-ão em três esferas (ver Anexo 9 e 10):

- A pública constituída pelo poder legislativo municipal e pelos órgãos ligados aos executivos municipal, estadual e federal que atuam na Serra do Mel;
- A privada composta por famílias de colonos, pelos pequenos e micro-empresário e pelas organizações associativa (COOPERCAJU, Associações de vilas e de Associações de jovens).
- Da solidariedade, formado por representantes do poder público e da sociedade civil. É nesta esfera que ocorre as negociações e confrontos, onde se exercita o exercício da democracia e os interesses comuns.

Deste ponto de vista, para assegurar a participação da sociedade nos programas e projetos propõem-se a gestão participativa expressa nas instâncias decisórias tais como:

- Conselho de desenvolvimento municipal - instância mais ampla de negociação com a sociedade em torno das grandes prioridades do município o CDM (ver anexo 11).
- Comitês de vilas - instância deliberativas das diferentes vilas do município, com espaço de negociação e interesse e perspectivas de cada uma, composto por representantes das respectivas comunidades e dos dirigentes de associações.

Cabe salientar, que as ações aqui proposta pressupõe o fortalecimento das instituições, principalmente a capacitação dos seus recursos humanos, com mudança de mentalidade e com competência técnica e profissionais adequadas aos princípios do desenvolvimento sustentável. Por isso, é importante a capacitação de recurso humanos do setor público, de modo a adequa-los ao novo perfil previsto para o município; bem como realizar intensa capacitação no sentido de preparar-se para adoção de novas técnicas e mudança cultura institucional segundo as diretrizes do *Desenvolvimento Sustentável*. É preciso também capacitar as organizações da sociedade civil, de modo prepará-las e aprimorá-las para a prática democrática, bem como para uma gestão eficiente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Serra do Mel (PIDSSM), fundamentado na concepção do desenvolvimento sustentável, resulta da convicção e da certeza que o atual cenário da Serra do Mel, caracterizado pela insustentabilidade social, política, econômica e ecológica, não estava agradando nem os munícipes nem os governantes locais. Esse plano nasceu, também da constatação de que novos rumos deveriam ser traçados para obter-se o desenvolvimento auto-sustentado do município.

Ao nosso ver o ponto de partida para a construção de um futuro em que, o processo de desenvolvimento, seja, de fato, sustentável, começa na metodologia adotada na elaboração do plano de desenvolvimento, essa deve voltar-se para a realidade local respeitando os valores e os costumes da comunidade.

Na nossa concepção a metodologia utilizada pelo BNB/PNUD na Serra do Mel foi a mais coerente possível no que se refere a participação dos atores envolvidos, pois a forma de agir da equipe técnica garantiu a participação de todos durante as várias etapas previstas pela metodologia. Embora não tenhamos, ainda, dados concretos que nos permita afirmar o sucesso do plano podemos dizer pela forma como a população se comportou no processo de elaboração que existe grandes possibilidades de alcançar o *desenvolvimento sustentável*.

Um outro aspecto, positivo da metodologia refere-se as inúmeras ações de capacitação da população e das organizações do município, tanto da esfera pública quanto da privada, no sentido de melhor instrumentalizá-las para desempenhar com sucesso as atividades que se pretende desenvolver na Serra do Mel. Essas ações

foram fundamentais dentro do processo de construção do plano, pois a partir delas a população teve condições de descobrir sabiamente a causa dos problemas vivenciados e os possíveis instrumentos de superação dos mesmos, bem como de unificar o sentimento de coletividade e de saber diferenciar o que realmente lhe interessa e é prioritário.

A ação estratégica e articulada desenvolvida na Serra do Mel, teve também um papel fundamental para a efetiva integração entre as organizações atuantes no município durante todo o processo de construção do plano, uma vez que possibilitou o planejamento a curto, médio e longo prazo para os setores, sócio, político, econômico, ecológico e cultural do município.

Entretanto, é necessário que os instrumentos, anteriormente citados, utilizados durante o processo de construção do PIDSSM continuem na sua execução para que o desenvolvimento, seja, de fato, auto-sustentado. É a partir da atuação articulada, capacitadora e participativa dos munícipes e do governo local que o desenvolvimento da Serra do Mel poderá acontecer. Caberá então aos dirigentes das organizações públicas e privadas administrar os programas e projetos concebidos, sempre da melhor forma a garantir esses três instrumentos.

Por isso, é imprescindível intensificar a capacitação e o assessoramento técnico e gerencial dos dirigentes e funcionários das organizações, bem como os trabalhos de reestruturação, já iniciados, para estabelecer a função de cada um durante o processo

Acreditamos que a execução do PIDSSM só será possível através da união da prefeitura local com as organizações associativas e com a sociedade civil; acrescenta-se a isso a importância do Estado contribuir financeiramente nos primeiros momentos de ação do plano.

Finalmente, na etapa que se encontram as ações do PIDSSM não é possível fechamento de pontos de vista sobre os resultados finais; se haverá agravamento dos problemas ou se nossas hipóteses, realmente, serão consolidadas: cenário almejado pelos munícipes, elevação do nível de renda das famílias, progresso social, democracia e equilíbrio ecológico.

5. RESUMO

O presente trabalho trata de um modo geral, da crescente preocupação com os problemas sócio-ambientais que vive a humanidade, tendo como base a reflexão de estudiosos do assunto sobre as causas e efeitos que esses problemas podem acarretar a gerações presentes e futuras. A partir destes questionamentos surgiram várias literaturas afirmando que tais problemas estão vinculados a modelos insustentáveis de desenvolvimento, originando, assim, um novo padrão de desenvolvimento, chamado *Desenvolvimento Sustentável*. Desde então, foram elaboradas diferentes definições para explicar o que seja desenvolvimento sustentável. Especialistas da área são unânimes em postular que o desenvolvimento deve conciliar a satisfação das necessidades presentes e futuras com a preservação do meio ambiente. Neste trabalho descreveremos a proposta de *Desenvolvimento Sustentável* da Serra do Mel - RN, concebida, com a ampla participação da sociedade civil e instituições pública e privadas que atuam no município, com o objetivo de proporcionar seu desenvolvimento auto-sustentado e auto-gestionário. Para tanto, utilizamos como fonte de informações os relatórios elaborados durante todo o processo de construção do plano (PIDSSM). Por fim, são apresentadas as considerações finais e as apreciações do trabalho.

6. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALVES, Maria Goretti. *Assistência versus resistência - Participação: Estudo de caso da Serra do Mel*. Crato - CE, 1995. Monografia (curso de especialização em desenvolvimento regional e meio Ambiente, da unidade regional do Cariri - URCA)., 1995. (mimeo)
- BRUSEKE, Franz José. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: DESENVOLVIMENTO E NATUREZA: Estudos para uma Sociedade Sustentável. Recife-PE: Editora Cortez, 1995.
- CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação: A Ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: CULTRIX, 1982.
- COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE. *Nossa Própria Agenda*. Banco Interamericano de Desenvolvimento / Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, Brasília, 1990.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Agenda 21*. Brasília, 1995. (série Ação parlamentar nº 56). 472p.
- CAMPOS, Anna Maria. Um novo modelo de planejamento para uma nova estratégia de desenvolvimento. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v.14, n. 3, jul./ set., 1980.
- CORDINI, Mabel & MENDONÇA, Geysa de F. *Trabalhando com a Família rural: uma alternativa metodológica*. IICA, Recife-PE, 1983.
- CAVALCANTI, Clóvis. Em Busca da Compatibilização entre a Ciência da Economia e a Ecologia: Bases da Economia Ecológica. In: DESENVOLVIMENTO E NATUREZA: Estudos para uma Sociedade Sustentável. Recife-PE: Editora Cortez, 1995.

- _____. *Sustentabilidade da Economia: Paradigmas Alternativos de Realização Econômica*. DESENVOLVIMENTO E NATUREZA: Estudos para uma Sociedade Sustentável. Recife-PE: Editora Cortez, p. 7, 1995.
- EHLERS, Eduardo Mazzotero. *O que se entende por Agricultura Sustentável*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em ciência Ambientais da Universidade de São Paulo, 1994.(mimeo)
- GONI, Arturo Jordán & CASTRO, Guilherme Willianson. *Guia Metodológico Para Elaboração De Projetos Em Áreas De Assentamento*. Programa Nacional de Capacitação (INCRA/PNUD).
- GADOTTI, Moacir *et all*. EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA E ECONOMIA POPULAR. São Paulo, Ed. Cortez, 1993. (coleção questões da nossa época: V 25).
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE PERNAMBUCO. *Pernambuco 2010: Estratégia de Desenvolvimento Sustentável*. Uma proposta para discussão/ Instituto de Planejamento de Pernambuco. Versão resumida. Recife-PE, 1995.
- INSTITUTO DO HOMEM. *Administração e gestão de pequenos empreendimentos produtivos*. São Luís-MA, 1993.
- INSTITUTO DO HOMEM. *Manual das pequenas comunidades*, São Luís-MA, 1992. (Estudos e pesquisas, nº9)
- JARA, Carlos Júlio. *Municipalização Conservadora versus Municipalização Sustentável (Rascunho para discussão)*. Recife, IICA/ Pernambuco, julho, 1994.
- _____. *Orientações para a gestão dos conselhos Municipais*. Recife, IICA/ Pernambuco, julho, 1995.
- _____. *Planejamento da Municipalização Sustentada: O microplanejamento de projetos comunitários*. Recife, IICA/ Pernambuco, maio, 1995.
- _____. *Autogestão e desenvolvimento sustentável: O Estado da Arte*, Recife, IICA/Pernambuco/julho, 1995.
- KAMP, Johan Van der., *Geração Participativa de tecnologias: Implicações práticas e teóricas*. Trad. Dona Silveira Cerruti - Rio de Janeiro: AS - PTA, 1991.
- MENDONÇA, Luís Carvalheira. *Participação na Organização - uma introdução aos seus fundamentos, conceitos e formas*. São Paulo: ATLAS, 1987.
- MORAIS, Clodomir Santos. *Ementas Sobre a teoria da organização no campo*, São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 1986. (caderno de formação nº11).

- MACHADO, Eduardo Poes *et al.* *Poder e participação política no campo*. São Paulo: CAR/CEDAP, 1987.
- MENDEZ, Maria Julia, TINOCO, Jesus Henrique. *Guia para gestão em áreas reformadas*. Recife, Programa de capacitação técnica INCRA / PNUD / SUDENE 1990.
- NYERERE, Julius F. *Sobre o desenvolvimento rural*. Discurso apresentado conferência mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, da FAO, Roma, julho, 1979.
- PROJETO ARIDAS. Nordeste. *Uma estratégia de desenvolvimento sustentável* - Brasília: Ministério do planejamento e orçamento, 1995.
- PACHECO, Francisco Roberto. *Gestão participativa: reorganização e reestruturação das associações que gerenciam a pequena produção*. Mossoró, RN : ESAM, 1993. Monografia (Especialização em planejamento Agrícola) - Departamento de ciências sociais, ESAM, 1990 (mimeo).
- RECIFE. Secretária do Desenvolvimento Regional. Superintendência do desenvolvimento do Nordeste. *Orientações para a gestão dos subprojetos no âmbito do PAPP*. out./1991
- ROBINSON, Mark. *Avaliação Participativa de impacto: Reflexões Provenientes do Trabalho de campo*. (Tradução de Sumi M. Campos) Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994.
- SALVADOR. Secretária de planejamento, ciência e tecnologia. V. Curso Internacional de Planejamento e Desenvolvimento Integrado. *Dinâmica de participação de pequenos produtores rurais em projetos de Desenvolvimento Rural. Metodologia participativa*. CEDAP/CENTRU, Salvador, VIII, nº 98, jun/dez, 1985.
- SALES, Ivandro da Costa *et al.* *Projeto Nordeste - desenvolvimento de comunidades*. Relatório final - Grupo II, Recife, (mimeo), 1983.
- SEGRE, Lídia Micaela. Programas Participativos : Um passo na Construção da Cidadania dos Trabalhadores? In: ANAIS DO CONGRESSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 1985, UFRJ, p. 178.
- SCHAFFER, Wigold Bertoldo. *Desenvolvimento Sustentável*. Documento : Organizando uma vontade coletiva, FEEC - (Federação de Entidades Ecológicas Catarinenses, 1992.
- SILVA, Maria Eugênia Urrestarazu. *Planejamento e Programação* (versão brasileira do Manual de Gestão Prática de Fernand Vicent), Rio de Janeiro: AS - PTA, 1992.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Administração Poder e Ideologia*, São Paulo: Cortez, 1989.

VIEIRA, Paulo Freire. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Planejamento*. In: VIOLA, Eduardo J. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania : desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

ANEXO 1

Questionário de pesquisas sobre o Projeto de Lei 1.000/2006

1. O que você entende por Projeto de Lei 1.000/2006? Como ele se relaciona à Lei 12.727/2012?

Resposta:

2. Como você considera que deve ser tratado?

ANEXOS

3. O que é Serra de São João? Como deve ser tratado? Qual o seu papel na região?

4. O que é o Projeto de Lei 1.000/2006? Como ele se relaciona à Lei 12.727/2012?

5. O que é o Projeto de Lei 1.000/2006? Como ele se relaciona à Lei 12.727/2012?

Resposta:

6. De acordo com a legislação, qual deve ser o tratamento da Serra de São João?

ANEXO 1

Questionário da primeira etapa do plano referencial

1. O que você gostaria que existisse em seu lote para garantir uma vida melhor à sua família
2. Como você gostaria que fosse a sua vila?
3. O que a Serra do Mel necessitaria para ser um município desenvolvido
4. O que é que impede o crescimento da Serra do Mel, da sua vila e do seu lote?
5. O que é que já temos que pode ajudar a desenvolver nosso município, sua vila e seu lote?
6. De todos os problemas quais devem ser resolvidos primeiros?

ANEXO 2

PLANO REFERENCIAL (SETORIALIZAÇÃO DAS PROPOSTAS)

01. PRODUÇÃO

01.1 - Produção Agropecuária

- 01.1.a - Infra-estrutura do lote agrícola;
- 01.1.b - Cajucultura;
- 01.1.c - Criação;
- 01.1.d - Culturas temporárias;
- 01.1.e - Assistência Técnica;
- 01.1.f - Implementos agrícola e outros instrumentos de trabalho;
- 01.1.g - Crédito Rural;
- 01.1.h - Exploração do lote urbano;
- 01.1.i - Explorações agropecuárias coletivas.

01.2 - Produção Agro-industrial

01.3 - Produção Industrial

01.4 - Produção Artesanal

01.5 - Serviços

02. COMERCIALIZAÇÃO

02.1 - Abastecimento

02.2 - Escoamento

03. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

03.1 - Infra-Estrutura:

- 03.1.1 - Energia;
- 03.1.2 - Estradas;
- 03.1.3 - Água;
- 03.1.4 - Telefonia;
- 03.1.5 - Urbanização;
- 03.1.6 - Saneamento Básico;
- 03.1.7 - Equipamentos Públicos de saúde e educação;

03.2 - Serviços Sociais Básicos:

03.2.1 - Serviços Públicos:

- a. Saúde;
- b. Educação;
- c. Assistência;
- d. Esporte e Lazer;

- e. Cultura
- f. Transporte
- g. Correios e telefonia.

03.2.2 - Serviços privados:

01. PRODUÇÃO

01.1 - Produção Agropecuária

01.1.a - INFRA-ESTRUTURA DO LOTE AGRÍCOLA

- PREPARO DE TERRAS PARA CULTIVO
 - Desmatamento e destocamento de áreas para cultivo;
 - Processo de recuperação e manutenção dos solos
- CERCAS
 - Construção de cisternas;
 - Implantação de cercas vivas;
- ÁGUA
 - Construção de cisternas;
 - Construção de açudes (onde o terreno permite)
 - Área de irrigação no lote
- CONSTRUÇÕES RURAIS
 - Construção ou recuperação de casa no lote
 - Construção de Armazéns;
 - Construção de currais, apriscos, silos e esterqueiras;
- ENERGIA
 - Instalação de rede elétrica nos lotes;
- MATA
 - Raleamento da mata
 - Reserva legal
- DEMARCAÇÃO DOS LOTES DE TOCANTINS

01.1b - CAJUCULTURA

- CAJUEIRO COMUM
 - Raleamento nas áreas de muita população;
 - Ampliação de pomares;
 - Replante de cajueiros mortos;
 - Seleção de cajueiros produtivos;
- CAJUEIRO ANÃO PRECOCE
 - Implantação do cajueiro anão precoce;
 - Substituição de copas de árvores improdutivas por anão precoce;
- CONTROLE DE DOENÇAS E PRAGAS;
- ADUBAÇÃO DO CAJUEIRO;

- CONSORCIAMENTO COM OUTRAS CULTURAS;

01.1.c - CRIAÇÃO

- PECUÁRIA

- Bovinocultura;
- Suinocultura;
- Caprino-Ovinocultura;
- Avinocultura;

- ATIVIDADES DE APOIO

- Animais de serviços;
- Minhocultura;
- Apicultura;
- Cultivo de forragens;
- Piscicultura.

01.1.d - CULTURAS TEMPORÁRIAS

- AMPLIAÇÃO DO CULTIVO E MELHORIA DA PRODUTIVIDADE

- Mandioca;
- Macaxeira;
- Feijão;
- Sorgo;
- Milho;
- Gergelim;
- Batata-doce;
- Algodão;
- Fava;
- Jerimum e melancia.

- IMPLANTAÇÃO DE NOVAS CULTURAS

- Urucum;
- Amendoim;
- Café;

01.1.e - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- MELHORIA DO SISTEMA

- Assistência técnica regular;
- Presença do técnico no lote;
- Controle de pragas e doenças;
- Introdução de novas tecnologias.

- CONTRATAÇÃO DE NOVOS PROFISSIONAIS

- Ampliação da equipe;
- Contribuição de médico-veterinário.

01.1.f - IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E OUTROS INSTRUMENTOS DE TRABALHO

- Carroça;
- Boi de Serviço;
- Mais condição de usar o trator;
- Pulverizador;

01.1.g - CRÉDITO RURAL

- NEGOCIAÇÃO DAS DÍVIDAS DO BANCO
 - Crédito limpo;
 - Volta do FUNDEC;
 - Acesso a outros bancos;
- INVESTIMENTO
- CUSTEIO

01.1.h - EXPLORAÇÃO DO LOTE URBANO

- CISTERNA
- KIT DE IRRIGAÇÃO
- CRIATÓRIOS
 - Aves domésticas;
 - Suínos;
 - Minhocários;
 - Abelhas sem ferrão.
- QUINTAL IRRIGADO
 - Maracujá, coqueiro, acerola, cajueiro anão precoce, melancia, manga, melão, olerícolas, mamão, graviolas, cítricos, rosas e plantas medicinais.

01.1.i - EXPLORAÇÕES AGROPECUÁRIAS COLETIVAS

- AVIÁRIO COMUNITÁRIO
- POCILGA COMUNITÁRIA

01.2 - Produção agro-industrial

- FÁBRICAS DE FARINHA
 - Construção em 09 vilas
 - Fazer funcionar em 14 vilas
- FÁBRICA(S) DE SUCO DE FRUTAS
- UNIDADES FAMILIARES DE BENEFICIAMENTO DE CASTANHA
- FÁBRICAS DE DOCES
- INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS

01.3 - Produção industrial

- FÁBRICAS DE CONFECÇÕES
- SERRARIAS COMUNITÁRIAS (MOVELARIAS)
- FÁBRICA DE CALÇADOS

- FÁBRICAS DE EXTRAÇÃO DO LCC
- PANIFICADORA

01.4 - Produção artesanal

- ARTESANATO DE PALHA
- BORDADO, CROCHET, etc.

01.5 - Serviços

- HOTEL
- POSTO DE COMBUSTÍVEIS
- SALÃO DE BELEZA
- TORNEARIA MECÂNICA
- FARMÁCIA
- AÇOUQUE
- MOTEL
- CINEMA
- OFICINA MECÂNICA
- CONTABILIDADE
- SORVETERIA
- ELETRICISTA
- ENCANADOR
- CONSERTOS:
 - Geladeiras, eletroportáteis, bicicletas, fogões
- FOTOGRAFIA
- BORRACHARIA

02. COMERCIALIZAÇÃO

02.1 - Abastecimento

- SETOR DE REVENDA DE INSUMOS
- SUPERMERCADO
- BODEGA COMUNITÁRIA
- DEPÓSITO DE BEBIDAS E CEREAIS
- ARMARINHO

02.2 - Escoamento

- DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA
- DA PRODUÇÃO ARTESANAL E SEMI-INDUSTRIAL
- DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

03. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

03.1 - Infra-estrutura

- ENERGIA
 - Nas novas casas
 - Nos lotes

- ESTRADAS

- Estradas asfaltadas para outros municípios;
- Piçarramento e conservação das estradas internas;

- ÁGUA

- Poços profundos;
- Distribuição regular;
- Abastecimento d'agua;

- TELEFONIA

- Postos de serviços;
- Orelhões;

- URBANIZAÇÃO

- Habitação;
- Praças;
- Canteiros nas ruas;
- Sinalização;
- Arborização;
- Serviço de esgoto;
- Pavimentação das ruas;
- coleta de lixo

- SANEAMENTO BÁSICO

- EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

- REFORMA DO CAMPO DE AVIAÇÃO

- RODOVIÁRIA

- MERCADO DE FEIRA LIVRE

- AGÊNCIA BANCÁRIA

- AGÊNCIA DA CEF

- ESTAÇÃO METEOROLÓGICA

- ABATEDOURO

03.2 - Serviços Sociais Básicos

03.2.1 - Serviços Públicos:

- SAÚDE

- Recuperação e funcionamento dos postinhos;
- Agente comunitários de saúde;
- Médico na vila
- Medicina preventiva;
- Remédios caseiros;
- Centro cirúrgico;
- Médicos especialistas;
- Maior número de médicos;
- Oculista;
- Água tratada;
- Melhoria do serviço odontológico;
- Hospital melhor equipamento
- Central de ambulâncias

- EDUCAÇÃO

* ASPECTOS:

- Formal

- Informal
- Profissional;
- Política
- Ética

* REIVINDICAÇÕES GERAIS:

- Recuperação dos prédios escolares;
- Mais professores;
- Professores para todas as séries;
- Professores mais capacitados com reciclagens;
- Funcionamento do pré-escolar;
- Funcionamento das creches;
- Curso de 2º Grau nas vilas;
- Cursos para todas as idades;
- Alfabetização de jovens e adultos;
- Cursos profissionalizantes:
 - Crochet / artesanato / culinária,
 - Corte e costura / Fotografia / Bordado
- Cursos de Línguas
 - Inglês / Francês / Espanhol
- Não deixar faltar merenda escolar;
- Melhoria dos transportes dos estudantes;
- Ônibus para os estudantes;
- 2º Grau profissionalizante;
- Educação com maior disciplina;
- Escola para deficientes;
- Curso pré-vestibular;
- Biblioteca;
- Todos os filhos de colonos alfabetizados.

* REIVINDICAÇÕES ESPECÍFICAS:

- Escola mais próxima da vila (ACRE)
- Construção da escola (TOCANTINS)

- ASSISTÊNCIA SOCIAL

- SEGURANÇA

- Melhor estrutura da delegacia;
- Presença nas vilas;
- Quartel de Polícia;
- Viatura Policial

- ESPORTE E LAZER

- Grande área de lazer no centro;
- Incentivo ao esporte;
- Estádio na vila Brasília;
- Grande praça pública no Centro;

ANEXO 3

PROGRAMAS E PROJETOS RELACIONADOS COM AS PRÉ-CONDIÇÕES
NECESSÁRIAS À IMPLANTAÇÃO DO PIDSSM.

PROGRAMAS	PROJETOS
Infra-Estrutura Básica	1.1. Abastecimento D' Água. 1.2. urbanização da Vila Brasília 1.3. Ampliação do Sistema de Telefonia 1.4. Estradas e Transportes
Estruturação das Unidades de Produção agropecuária	2.1. Recuperação/Conservação de Solos. 2.2. Cercas e Instalações Animais. 2.3. Reserva de Água 2.4. Adequação da Mata nativa 2.5. Tração animal e equipamentos básicos.
Preparação Institucional	3.1. Re-estruturação das Organizações da Sociedade Civil. 3.2. Capacitação inicial de dirigentes e trabalhadores da organizações. 3.3. Sensibilização e Capacitação inicial do pessoal da PMSM e outras instituições públicas.

ANEXO 4

PROGRAMAS E PROJETOS LIGADOS À PRODUÇÃO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

PROGRAMAS	PROJETOS
1. Produção Agropecuária	1.1. Recuperação de Cajueirais. 1.2. Expansão dos Cajueirais 1.3. Pecuária Bovina 1.4. Suinocultura no Lote Rural 1.5. Culturas de Ciclo Curto 1.6. Exploração do Lote Urbano
2. Desenvolvimento Agroindustrial	2.1. Beneficiamento da Castanha de Caju 2.2. Laticínios 2.3. Beneficiamento da Mandioca 2.4. Apicultura 2.5. Aproveitamento do Pedúnculo do Caju.
3. Pequenos Empreendimentos Não-Agrícolas	3.1. Fomento a Pequenos Negócios para a População da Serra do Mel. 3.2. Captação de Investimentos Externos para Empreendimentos Não-Agrícolas.
4. Serviços Técnicos de Apoio às Atividades Produtivas.	4.1. Assistência Técnica à Produção Agropecuária 4.2. Assistência Tecnológica e Gerencial às Organizações Associativas e aos Pequenos Empreendimentos Não-Agrícolas. 4.3. Formação e/ou Aperfeiçoamento Profissional.
5. Outros Serviços de Apoio à Produção	5.1. Multiplicação de Sementes. 5.2. Produção de Mudas 5.3. Centros de Manejo Pecuário 5.4. Aquisição/Suprimento de Insumos. 5.5. Mecanização Agrícola 5.6. Apoio aos Pequenos Negócios Não Agrícolas.

ANEXO 5

PROGRAMAS E PROJETOS LIGADOS À MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

PROGRAMAS	PROJETOS
Educação	1.1. Melhoria do ensino de 1º grau menor nas Vilas. 1.2. Ampliação/Aperfeiçoamento do sistema de tele-educação. 1.3. Assistência ao estudante. 1.4. Desenvolvimento da EFAMEL. 1.5. Adequação dos serviços educacionais à realidade da Serra do Mel.
Saúde	2.1. Educação descentralizada nas Vilas. 2.2. Atendimento descentralizado nas Vilas. 2.3. Aperfeiçoamento dos serviços a cargo da Unidade Mista. 2.4. Adequação dos serviços de saúde à realidade da Serra do Mel.
Assistência Social	3.1. Combate à Fome
Desportos e lazer	4.1. Incentivo às iniciativas da Sociedade Civil 4.2. Equipamentos de desportos e lazer nas Vilas 4.3. Gestão dos equipamentos de desportos e lazer na Vila Brasília.

ANEXO 6

PROGRAMAS E PROJETOS LIGADOS AO FORTALECIMENTO DA CIDADANIA

PROGRAMAS	PROJETOS
1. Co-gestão participativa	1.1. Fortalecimento do Conselho de Desenvolvimento Municipal, 1.2. Fortalecimento dos Comitês das Vilas.
2. Fortalecimento das Organizações da Sociedade Civil.	2.1. Capacitação para a gestão das Associações e Cooperativas. 2.2. Fortalecimento do Controle da Sociedade sobre as Organizações.
3. Desenvolvimento Institucional do Setor Público.	3.1. Re-estruturação e equipamentos da Prefeitura Municipal da Serra do Mel. 3.2. Capacitação de Recursos Humanos. 3.3. Sensibilização do Poder Legislativo Municipal.

ANEXO 7

CRONOGRAMA FÍSICO PARA OS PRIMEIROS 5 ANOS DO PIDSSM

Nº DE ORDEM	PROGRAMAS/PROJETOS	UNIDADE DE MEDIDA	METAS POR ANO				
			I	II	III	IV	V
1	<u>Infra-Estrutura Básica</u>						
1.1	- Abastecimento d'Água	Vilas	23	---	---	---	---
1.2	- Urbanização da Vila Brasília	Projeto	*****	*****			
1.3	- Melhoria das Estradas	Km					
1.4	- Ampliação do Sistema de Telefonia	Linhas	36	50			
			*****	*****			
2	<u>Estruturação das Unidades de Produção Agropecuária</u>						
2.1	- Recuperação/Conservação de Solos	Ha	1.350	1.950	1.200		
2.2	- Cercas e Instalações Animais	Unidades	270	390	240		
2.3	- Adequação de Mata Nativa	Ha	2.700	3.900	2.400		
3	<u>Preparação Institucional</u>						
3.1	- Reestruturação das Organizações da Sociedade Civil	Organizações	14	10			
3.2	- Capacitação Inicial de Dirigentes e Trabalhadores das Organizações	Organizações	06	10	08		
3.3	- Sensibilização e Capacitação Inicial do Pessoal da PMSM e de Outras Instituições Públicas	Pessoas	20	60			

CRONOGRAMA FÍSICO PARA OS PRIMEIROS 5 ANOS DO PIDSSM (CONT...)

Nº DE ORDEM	PROGRAMAS/PROJETOS	UNIDADE DE MEDIDA	METAS POR ANO				
			I	II	III	IV	V
4	<u>Programas/Projetos</u>						
4.1	- Recuperação de Cajueirais	Ha	---	810	1.170	720	
4.2	- Expansão de Cajueirais	Ha	---	810	1.170	720	
4.3	- Pecuária Bovina:						
4.3.1	- Sapoite Forrageiro	Ha	---	1.350	1.950	1.200	---
4.3.2	- Matizes leiteiras	Cabeças	---	1.080	1.550	960	---
4.4	- Suinocultura no Lote Rural						
4.5	- Preparo da Área para Culturas de Ciclo Curto	Cabeças		1.000	1.000	---	---
4.6	- Custeio da Produção	Ha		810	1.170	720	---
4.7	- irrigação Simplificada nos Lotes Urbanos	Ha		2.430	3.510	2.160	120
		Unidades		40	80	120	
5	<u>Desenvolvimento Agroindustrial</u>						
5.1	- Beneficiamento da Castanha	Sistemas	05	10	7	---	---
5.2	- Laticínios	Unidades	---	---	01	---	---
5.3	- Beneficiamento da Mandioca	Unidades	---	---	12	---	---
5.4	- Apicultura	Unidades	---	02	---	---	---
5.5	- Aproveitamento do Pedúnculo do Caju	Unidades	---	10	10	---	---

CRONOGRAMA FÍSICO PARA OS PRIMEIROS 5 ANOS DO PIDSSM (CONT...)

Nº DE ORDEM	PROGRAMAS/PROJETOS	UNIDADE DE MEDIDA	METAS POR ANO				
			I	II	III	IV	V
6	<u>Pequenos Empreendimentos Não-Agrícolas</u>						
6.1	- Fomento a Pequenos Negócios para a População da Serra do Mei	Empreendimentos	20	20	30	30	20
6.2	- Captação de Investimentos Externos em Empreendimentos Não-Agrícolas.	Empreendimentos	---	05	05	05	05
7	<u>Serviços Técnicos de Apoio às Atividades Produtivas</u>						
7.1	- Assistência Técnica à Produção Agropecuária	Técnicos	08	12	12	12	12
7.2	- Assistência Tecnológica e Gerencial às Organizações Associativas	Técnicos	04	04	04	04	04
7.3	- Formação e/ou Aperfeiçoamento Profissional	Eventos Participantes	23 280	20 300	20 300	20 300	20 300
8	<u>Outros Serviços de Apoio à Produção</u>						
8.1	- Multiplicação de Sementes	Ha	1	5	10	15	15
8.2	- Produção de Mudas	Viveiros	3	6	10	---	---
8.3	- Centros de Manejo Pecuario	Centros	---	9	13	---	---
8.4	- Aquisição/Suprimento de Insumos	Projeto	**	*****	*****	*****	*****
8.5	- Apoio aos Pequenos Negócios Não-Agrícolas	Central	1	1	---	---	---

CRONOGRAMA FÍSICO PARA OS PRIMEIROS 5 ANOS DO PIDSSM (CONT...)

Nº DE ORDEM	PROGRAMAS/PROJETOS	UNIDADE DE MEDIDA	METAS POR ANO				
			I	II	III	IV	V
9	Educação						
9.1	- Melhoria do Ensino de 1º Grau Menor nas Vilas		---	10	10	02	---
9.2	- Ampliação/Aperfeiçoamento do Sistema de Tele-Educação.		9	*****	*****	*****	*****
9.3	- Assistência ao Estudante			*****	*****	*****	*****
9.4	- Desenvolvimento da EFAMEL			*****	*****	*****	*****
9.5	- Adequação/Melhoria dos Serviços Educacionais na Serra do Mel		---	---	*****	*****	*****
10	<u>Saúde</u>						
10.1	- Educação para a Saúde						
10.2	- Atendimento Descentralizado nas Vilas Rurais						
10.3	- Aperfeiçoamento dos Serviços a Cargo da Unidade Mista		---	*****	*****	*****	*****
10.4	- Adequação/Melhoria dos Serviços de Saúde na Serra do Mel			*****	*****	*****	*****
11	<u>Assistência Social</u>						
11.1	- Suplementação Alimentar a Crianças, Gestantes e Nutrízes		600	600	600	600	600
11.2	- Merenda Escolar		1.500	1.600	1.700	1.800	2.000
11.3	- Atendimento Emergencial e Temporário às Pessoas Pobres		500	500	400	300	200

CRONOGRAMA FÍSICO PARA OS PRIMEIROS 5 ANOS DO FIDSSM (CONT...)

Nº DE ORDEM	PROGRAMAS/PROJETOS	UNIDADE DE MEDIDA	METAS POR ANO				
			I	II	III	IV	V
12	<u>Desportos e Lazer</u>						
12.1	- Incentivo às Iniciativas da Sociedade Civil			02	01	02	---
12.2	- Equipamentos e Desportos e Lazer nas Vilas			07	08	08	---
12.3	- Gestão dos Equipamentos de Desportos e Lazer na Vila Brasília			02	---	---	---
13	<u>Co-Gestão Participativa</u>						
13.1	- Fortalecimento do CDM		****	****	****	****	****
13.2	- Fortalecimento dos Comitês das Vilas		***	****	****	****	****
14	Fortalecimento das Organizações da Sociedade Civil	Unidade de medida					
14.1	- Capacitação para a Gestão das Associações e Cooperativas	Organizações	07	24	24	24	24
14.2	- Fortalecimento do controle da sociedade sobre as Organizações	Pessoas participantes	400	800	1.200	2.000	3.000
15.	Desenvolvimento Institucional do Setor Público						
15.1	- Re-estruturação/Equipamento da PMSM	Projeto	***	****	****	****	****
15.2	- Capacitação de Recursos Humanos	Eventos	***	***	***	***	***
15.3	- Sensibilização do Poder Legislativo Municipal		---	06	06	06	---

ANEXO 8

PARTICIPAÇÃO DAS FONTES NO FINANCIAMENTO DO PIDSSM

Nº DE ORDEM	FONTE/ATIVIDADE	VALOR R\$1.000,00
1	Sociedade Civil (Beneficiários)	5.363,00
1.1	- Mão-de-obra na construção de unidades habitacionais.	200,00
1.2	- Mão-de-obra (50%) usada na implantação e custeio das atividades produção agropecuária.	3.253,00
1.3	- Tarifas para fazer face à operação/manutenção do Serviços de Abastecimento D'Água.	768,00
1.4	- Mensalidades pagas às sociedades encarregadas de operar e manter equipamentos de desportos e lazer.	200,00
1.5	- Recursos próprios para o custeio agrícola, a partir do 4º ano.	702,00
	- 10% dos recursos do FUMAC	240,00
2	AACCRN e Parceiras *	840,00
	- Capacitação da Sociedade Civil	300,00
	- Assessoramento às Organizações	300,00
	- Formação/Operfeiçãoamento Profissional	240,00
3	Prefeitura Municipal da Serra do Mel	4.160,00
3.1	- Doação de Áreas para Edificação	400,00
3.2	- Custeio dos Serviços Sociais:	
3.2.1	Educação	1.500,00
3.2.2	Saúde	900,00
3.3.3	Assistência Social	360,00
3.3	- Participação no Custeio da Assistência Técnica e Extensão Rural	1.000,00
4	BNB (FNE E PROGER)	11.661,00
4.1	- Financiamento a investimentos agropecuários individuais	7.935,00
4.2	- Custeio Agropecuário	1.476,00
4.3	- Investimentos e Capital de giro para atividades associativas.	1.950,00
4.4	- Investimentos e Capital de giro para pequenos negócios não-agrícolas	300,00

PARTICIPAÇÃO DAS FONTES NO FINANCIAMENTO DO PIDSSM (CONT...)

5	Participação de Diversas Entidades na Formação do FUMAC	1.705,00
5.1	- Prefeitura Municipal	168,00
5.2	- AACCRN e Parcerias	100,00
5.3	- PAPP	880,00
5.4	- Outros Projetos	386,50
6	Participação Prevista para os Governos Federal e Estadual	9.677,00
6.1	- Investimentos recuperáveis com a cobrança de tarifas	
6.2.1	. Abastecimento d'água	1.200,00
6.2.2	. Energia	200,00
6.2.3	. Telefonia	500,00
6.3	- Outros investimentos (recuperáveis com os tributos gerados em consequência do PIDSSM)	
6.3.1	. Estradas	2.040,00
6.3.2	. Urbanização (Vila BSB)	1.400,00
6.3.3	. Educação	697,00
6.3.4	. Saúde	1.490,00
6.3.5	. Assistência Social	3.130,00
6.3.6	. Desportos e Lazer	330,00
6.3.7	. Capacitação e Assessoramento	420,00

* - SENAR, Projeto PNUD/BNB/ABC, KAS,GETM/AGCD, OFFENE HAND, PRO-SERRA DO MEL E Outras.

ANEXO 9

CRONOGRAMA FINANCEIRO

Nº DE ORDEM	PROGRAMAS/PROJETOS	R\$% NECESSÁRIOS, POR ANO					TOTAL 1.000,00 R\$
		ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V	
1	Infra-Estrutura Básica	3.540,00	1.800,00	192,00	192,00	192,00	6.108,00
1.1	- Abastecimento D'Água	1.200,00	192,00	192,00	192,00	192,00	1.968,00
1.2	- Urbanização da Vila Brasília	800,00	600,00	---	---	---	1.400,00
1.3	- Melhoria das Estradas	1.440,00	800,00	---	---	---	2.240,00
1.4	- Ampliação do Sistema de Telefonia	100,00	400,00	---	---	---	500,00
2	Estruturação das Unidades de Produção Agropecuária	990,00	1.430,00	890,00			3.300,00
2.1	- Recuperação/conservação de Solos	232,20	335,40	206,40	---	---	774,00
2.2	- Cercas e Instalações Animais	337,50	487,50	300,00	---	---	1.125,00
2.3	- Reserva de Água	172,80	249,60	153,60	---	---	576,00
2.4	- Adequação da Mata Nativa	247,50	357,50	220,00	---	---	825,00
4	Produção Agropecuária	---	2.490,00	3.802,00	2.768,00	664,00	9.724,00
4.1	- Recuperação de Cajueirais	---	243,00	351,00	216,00	---	810,00
4.2	- Expansão de Cajueirais	---	324,00	468,00	288,00	---	1.080,00
4.3	- Pecuária Bovina:	---					900,00
4.3.1	- Suporte Forrageiro	---	270,00	390,00	240,00	---	900,00
4.3.2	- Matizes Leiteiras	---	756,00	1.092,00	672,00	---	2.520,00
4.4	- Suinocultura no lote rural	---	75,00	75,00	---	---	150,00
4.5	- Custeio da produção	---	162,00	396,00	540,00	378,00	2.620,00
4.6	- Irrigação simplificada nos lotes urbanos	---	40,00	80,00	120,00	120,00	360,00
4.7	- 50% da mão-de-obra	---	620,00	950,00	692,00	166,00	2.428,00

CRONOGRAMA FINANCEIRO (CONT...)

Nº DE ORDEM	PROGRAMAS/PROJETOS	R\$% NECESSÁRIOS, POR ANO					TOTAL 1.000,00 R\$
		ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V	
13	Co-Gestão Participativa	80,00	90,00	90,00	90,00	90,00	440,00
13.1 13.2	- Fortalecimento do CDM - Fortalecimento dos Comitês das Vilas	20,00 60,00	30,00 60,00	30,00 60,00	30,00 60,00	30,00 60,00	140,00 300,00
14	Fortalecimento das Organizações da Sociedade Civil	50,00	150,00	150,00	150,00	100,00	600,00
14.1 14.2	- Capacitação para a gestão das Associações e Cooperativas - Fortalecimento do Controle de Sociedade sobre as Organizações	50,00 ---	100,00 50,00	100,00 50,00	100,00 50,00	50,00 50,00	400,00 200,00
15	Desenvolvimento Institucional do Setor Público	80,00	80,00	40,00	50,00	---	220,00
15.1 15.2 15.3	- Re-estruturação/equipamento da PMSM - Capacitação de Recursos Humanos - Sensibilização do Poder Legislativo Municipal	20,00 20,00 10,00	50,00 20,00 10,00	20,00 20,00 ---	20,00 20,00 10,00	---	110,00 80,00 30,00

CRONOGRAMA FINANCEIRO (CONT...)

Nº DE ORDEM	PROGRAMAS/PROJETOS	R\$% NECESSÁRIOS, POR ANO					TOTAL 1.000,00 R\$
		ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V	
11	Assistência Social	698,00	698,00	698,00	698,00	698,00	3.490,00
11.1	- Suplementação alimentar a crianças, gestantes e nutrízes.	216,00	216,00	216,00	216,00	216,00	1.080,00
11.2	- Merenda Escolar	432,00	432,00	432,00	432,00	432,00	2.160,00
11.3	- Atendimento emergencial e temporário às pessoas pobres.	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00
12	Desportos e Lazer	---	140,00	160,00	160,00	70,00	530,00
12.1	- Incentivo às iniciativas da Sociedade Civil	---	20,00	30,00	30,00	20,00	100,00
12.2	- Equipamentos e desportos e lazer nas Vilas	---	70,00	80,00	80,00	--	230,00
12.3	- Gestão dos equipamentos de desportos e lazer na Vila Brasília	---	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00

CRONOGRAMA FINANCEIRO (CONT...)

Nº DE ORDEM	PROGRAMAS/PROJETOS	R\$% NECESSÁRIOS, POR ANO					TOTAL 1.000,00 R\$
		ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V	
9	Educação	642,00	590,00	545,00	225,00	195,00	2.197,00
9.1	- Melhoria do ensino de 1º grau menor nas Vilas	100,00	150,00	150,00	30,00	---	430,00
9.2	- Ampliação/aperefeiçoamento do sistema de tele-educação.	152,00	100,00	50,00	---	---	302,00
9.3	- Assistência ao Estudante	10,00	10,00	15,00	15,00	15,00	55,00
9.4	- Desenvolvimento da EFAMEL	200,00	150,00	150,00	---	---	500,00
9.5	- Adequação/melhoria dos serviços educacionais na Serra do Mel	180,00	180,00	180,00	180,00	180,00	900,00
10	Saúde	458,00	558,00	458,00	458,000	458,00	2.390,00
10.1	- Educação para a Saúde	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	250,00
10.2	- Atendimento descentralizado nas Vilas Rurais	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	500,00
10.3	- Aperfeiçoamento dos Serviços a Cargo da Unidade Mista	100,00	200,00	100,00	100,00	100,00	600,00
10.4	- Adequação/Melhoria dos Serviços de Saúde na Serra do Mel	208,00	208,00	208,00	208,00	208,00	1.040,00

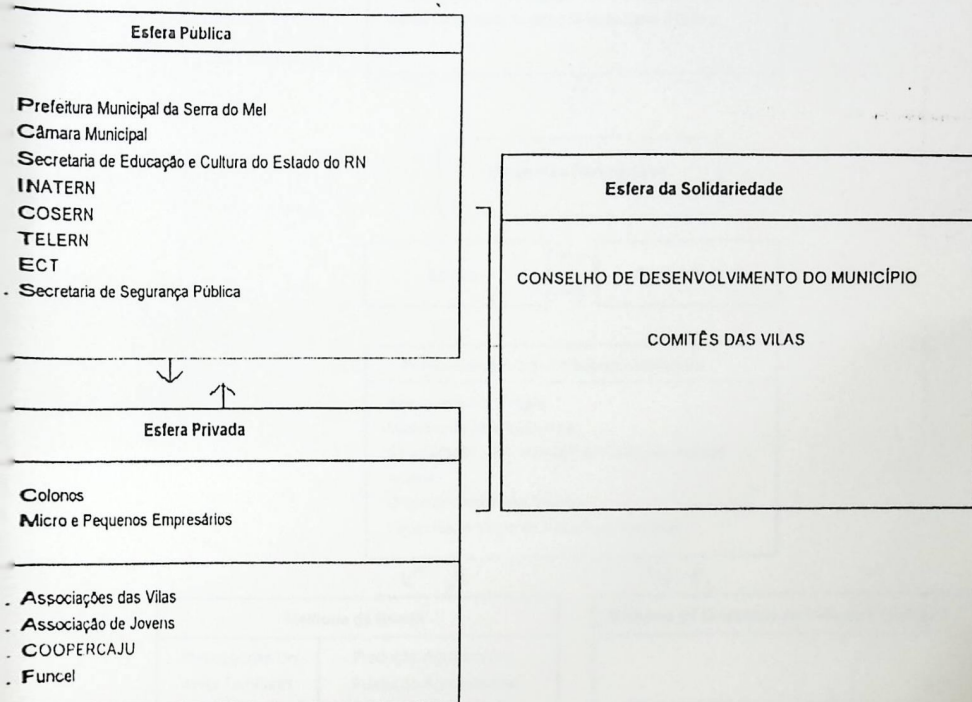
CRONOGRAMA FINANCEIRO (CONT...)

Nº DE ORDEM	PROGRAMAS/PROJETOS	R\$% NECESSÁRIOS, POR ANO					TOTAL 1.000,00 R\$
		ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V	
7	Serviços Técnicos de Apoio às Atividades Produtivas	320,00	360,00	370,00	360,00	350,00	1.360,0
7.1	- Assistência Técnica à Produção Agropecuária	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	1.000,0
7.2	- Assistência Tecnológica e Gerencial às Organizações Associativas e aos Pequenos Negócios não-agrícolas	60,00	100,00	120,00	120,00	120,00	120,0
7.3	- Formação e/ou Aperfeiçoamento Profissional	60,00	60,00	50,00	40,00	30,00	240,0
8	Outros Serviços de Apoio à Produção	9,00	308,60	363,00	206,00	9,00	895,6
8.1	- Multiplicação de Sementes	---	0,60	3,00	6,00	9,00	18,6
8.2	- Produção de Mudas	9,00	18,00	30,00	---	---	57,0
8.3	- Centros de Manejo Pecuario	---	90,00	130,00	---	---	220,0
8.4	- Aquisição/Suprimento de Insumos	---	200,00	200,00	200,00	---	600,0
				---	---	---	60,0

CRONOGRAMA FINANCEIRO (CONT...),

Nº DE ORDEM	PROGRAMAS/PROJETOS	R\$% NECESSÁRIOS, POR ANO					TOTAL 1.000,00 R\$
		ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V	
5	Desenvolvimento Agroindustrial	50,00	220,00	840,00	---	---	810,00
5.1	- Estoque de Castanha	200,00	200,00	200,00	200,00	100,00	900,00
5.2	- Beneficiamento da Castanha	50,00	100,00	70,00	---	---	220,00
5.3	- Laticínios	---	---	250,00	---	---	250,00
5.4	- Beneficiamento da Mandioca	---	---	120,00	---	---	120,00
5.5	- Apicultura	---	20,00	20,00	---	---	40,00
	- Aproveitamento do Pedúnculo do Caju	---	100,00	100,00	---	---	200,00
	- Amazem da COOPERCAJU	200,00	---	---	---	---	20,00
6	Pequenos empreendimentos não-agrícolas	100,00	250,00	190,00	50,00	50,00	640,00
6.1	- Fomento a pequenos negócios para a população da Serra do Mel	---	200,00	100,00	50,00	50,00	500,00
6.2	- Captação de investimentos externos em empreendimentos não-agrícolas	---	50,00	50,00	50,00	50,00	200,00

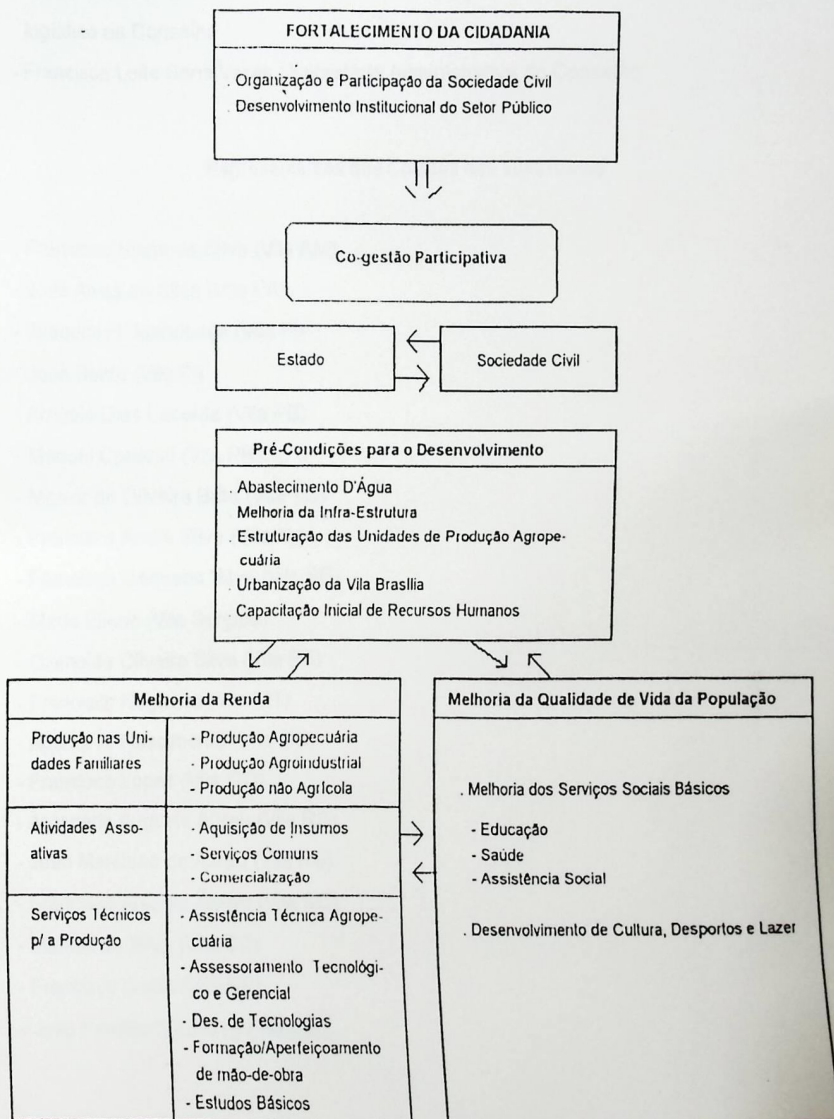
ANEXO 10



ANEXO 11

P I D S S M

- ESQUEMA GERAL -



Membros do Conselho de Desenvolvimento do Município

- Terezinha Oliveira Medeiros : Assessora de Planejamento da PMSM e Coord. do Conselho
- Joaquim Crispiniano Neto : Técnico da AACCRN e relator do Conselho
- Maria Auxiliadora S. Andrade : Secretária de Ação Social da PMSM e responsável apoio logístico ao Conselho
- Francisca Leite Sena Veras : Secretária Administrativa do Conselho

Representantes dos Comitês das Vilas Rurais

- Francisco Viana da Silva (Vila AM)
- José Alves da Silva (Vila PA)
- Joaquim H. Mendonça (Vila PI)
- José Bento (Vila PI)
- Arnóbio Dias Lacerda (Vila PB)
- Manuel Cardoso (Vila PB)
- Moacir de Oliveira Brito (Vila TO)
- Francisco André Silva (Vila AL)
- Francisco Germano Silva (Vila SE)
- Maria Eliene (Vila Sergipe)
- Ozeneide Oliveira Silva (Vila ES)
- Francisco Nogueira (Vila MT)
- Agenor A. Nascimento (Vila MG)
- Francisco Lopes (Vila GO)
- Argenário Augusto Abreu (Vila RS)
- João Marciano de Abreu (Vila RS)
- Francisco Antonio Xavier (Vila SC)
- Manoel da Silva (Vila SC)
- Francisco Costa (Vila SP)
- João Ferreira Medeiros (Vila SP)

- Moacir Firmino (Vila GB)
- Francisco Dantas (Vila GB)
- Raimundo Martins (Vila MA)
- João Galo (Vila PE)
- Antonio Alfredo (Vila BA)
- Marta Maria (Vila GO)

Outros Membros do Conselho

- Waldio Rafael (COOPERCAJU)
- Rozenildo Feitosa (GEAS)
- Petrolino Martins Regis (COOPERMEL)
- Manoel Lourenço Neto (INATERN)
- José Targino (Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura)
- Iramir Costa Linhares (F.N. Saúde)
- Reginaldo Araújo (Associação de jovens)
- João Batista de Freitas (PMSM)
- Francisco Canindé Maia (PMSM)
- Francisco de Assis Farias (PMSM)
- João Batista Xavier (PMSM)
- Francisco Mariano Regis (Vereador)

ANEXO 13

BENEFÍCIOS ESPERADOS COM A EXECUÇÃO DO PIDSSM

1. BENEFÍCIOS ECONÔMICOS

1.1. Aumento da Renda Bruta Gerada na Serra do Mel

ESPECIFICAÇÃO	RENDA BRUTA EM R\$ 1.000,00	
	SITUAÇÃO ATUAL	COM O PIDSSM
1. Com a Agropecuária	2.580,04	8.440,00
2. Agroindústria e Pequenos Negócios Não-Agrícolas	216,00	2.580,00
3. Empregos (salários)		
3.1. No Setor Privado	48,00	532,00
3.2. No Setor Público	887,25	1.073,80
3.3. Aposentados	268,80	352,80
TOTAL	4.000,45	12.978,60

O valor da renda mensal, por família, aumentará de R\$ 196,00 para R\$ 636,00. A renda anual "per capita" aumentará de R\$ 498,70 para R\$ 1.442,00.

1.2. Evolução da taxa de ocupação da população

ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL		COM O PIDSSM	
	Nº	%	Nº	%
. População em idade ativa (10 anos e mais).	5.984	100,0	6.600	100,0
. População Ocupada:	2.835	47,3	5.362	81,2
- Nos lotes rurais e urbanos (agropecuária).	1.600	26,7	3.600	54,5
- Em serviços domésticos.	800	13,4	900	13,6
- Em atividades não-agrícolas.	45	0,7	390	6,0
- Nos serviços públicos	390	6,5	472	7,1

1.3. Evolução da receita tributária

ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM R\$ 1000,00	
	SEM O PIDSSM	COM O PIDSSM
. Da produção agropecuária (10% do valor da produção)	258,04	844,00
. Castanha beneficiada	4,50	45,00
. Outros negócios não-agrícolas	21,42	285,60
. Sobre o lucro na venda de insumos agropecuários	26,32	86,00
. Sobre o lucro na venda de outros bens	20,48	33,30
TOTAL	330,76	1293,90

UFERSA SIGAA - BIBLIOTECAS



SIGAA

2010075835